

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	14
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	19
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	20
1.5 Principais clientes	34
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	35
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	37
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	38
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	39
1.16 Outras informações relevantes	40
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	41
2.2 Resultados operacional e financeiro	59
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	61
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	71
2.5 Medições não contábeis	72
2.6 Eventos subsequentes as DFs	73
2.7 Destinação de resultados	74
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	75
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	76
2.10 Planos de negócios	77
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	79
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	80
3.2 Acompanhamento das projeções	81
4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	82
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	89
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	90
4.4 Processos não sigilosos relevantes	91
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	98

Índice

4.6 Processos sigilosos relevantes	99
4.7 Outras contingências relevantes	100
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	101
5.2 Descrição dos controles internos	102
5.3 Programa de integridade	103
5.4 Alterações significativas	104
5.5 Outras informações relevantes	105
6. Controle e grupo econômico	
6.1 Posição acionária	106
6.3 Distribuição de capital	118
6.4 Participação em sociedades	119
6.6 Outras informações relevantes	120
7. Assembleia geral e administração	
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	121
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	122
7.4 Composição dos comitês	130
7.5 Relações familiares	
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	132
7.7 Acordos/seguros de administradores	133
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	134
8.2 Remuneração total por órgão	139
8.3 Remuneração variável	143
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	144
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	146
8.6 Outorga de opções de compra de ações	147
8.7 Opções em aberto	148
8.8 Opções exercidas e ações entregues	149
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	150
8.10 Outorga de ações	151
8.11 Ações entregues	152

Índice

8.12 Precificação das ações/opções	153
8.13 Participações detidas por órgão	154
8.14 Planos de previdência	155
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	156
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	157
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	158
8.18 Remuneração - Outras funções	159
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	160
8.20 Outras informações relevantes	161
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	162
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	168
9.4 Outras informações relevantes	169
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	170
10.1 Descrição dos recursos humanos	171
10.2 Alterações relevantes	172
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	173
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	174
11.2 Transações com partes relacionadas	
11.3 Outras informações relevantes	176
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	177
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	183
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	184
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	
12.5 Mercados de negociação no Brasil	186
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	
12.7 Títulos emitidos no exterior	188
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	189
12.9 Outras informações relevantes	190

Índice

13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	191
13.1 Declaração do diretor presidente	192
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	193
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	194

1.1 Histórico do emissor

1.1 – Histórico do emissor

A Inepar S.A. – Indústria e Construções iniciou suas operações em 1953, como ENCO – Engenharia e Comércio. Em 1968 foi criada a INELCO - Indústria Elétrica e Comércio, tendo como principal objetivo a fabricação e montagem de painéis elétricos de baixa tensão, centro de controles de motores e cubículos de média tensão para indústrias. Em 1971 houve a mudança da razão social de INELCO para INEPAR – Indústrias Eletromecânicas do Paraná Ltda. Em 1976, a ENCO e INEPAR se transformam em S.A, ENCO é incorporada pela INEPAR, a qual muda sua razão social para Inepar S.A. – Indústria e Construções.

Ao longo do tempo, a empresa expandiu sua área de atuação no setor de energia, tornando-se líder, adicionando novos produtos e serviços, o que permitiu oferecer ao mercado equipamentos e sistemas integrados nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Principais eventos da empresa:

- 1953** - Fundação da ENCO - Engenharia e Comércio;
- 1968** - Criação da INELCO - Indústria Elétrica e Comércio Ltda;
- 1971** - Mudança da razão social de INELCO para INEPAR – Indústrias Eletromecânicas do Paraná Ltda;
- 1976** - ENCO e INEPAR se transformam em S.A. e posteriormente a ENCO é incorporada pela INEPAR, a qual muda sua razão social para Inepar S.A. Indústria e Construções. BNDES passa a participar no capital da INEPAR, através da EMBRAMEC (atual BNDESPar);
- 1977** - Implantação da Inepar S.A. Indústria e Construções na Cidade Industrial de Curitiba;
- 1980** - Abertura do capital social da Inepar, com participação do IBRASE (atual BNDES);
- 1992** - Associação com a General Electric na produção de medidores elétricos
- 1994** - Associação com a Motorola e a Iridium Andes Caribe Corp., para formação da Iridium Sudamerica;
 - Aquisição, por parte da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus) junto à Inepar – Administração e Participações, de 10% do capital votante da Inepar S.A. Indústria e Construções;
- 1996** - A Inepar assume o controle acionário da Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A.;
- 1997** - A Inepar S.A. associa-se à Landis & Gyr, empresa Suíça, para produção de medidores elétricos;

1.1 Histórico do emissor

- Joint-venture com a Mastec INC., dos EUA, para formação da Mastec-Inepar S.A. Sistemas de Telecomunicações;
 - Consolidação da política de distribuição de ações para funcionários;
 - Criação da Inepar Energia S.A.;
- 1998** - A Inepar, através da Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A., juntamente com a CSN, através de sua subsidiária FEM – Projetos, Construções e Montagens S.A., e o Bradesco criam nova empresa denominada Inepar–Fem Equipamentos e Montagens S.A.;
- Formação da GE Hydro Inepar do Brasil S.A. para a industrialização, comercialização e fornecimento de turbinas hidráulicas e hidrogeradores no mercado nacional e internacional;
- 1999** - Inepar S.A. Indústria e Construções e a Lucent Technologies – Divisão Power System, criam a joint-venture Lucent Inepar Sistemas de Energia Ltda., que fabrica fontes de energia para telecomunicações;
- Lançamento da Nova Inepar S.A. Indústria e Construções. A principal mudança foi a criação de três empresas independentes focadas nos seguintes segmentos de mercado: Equipamentos, Construções e Serviços para infra-estrutura (a Nova Inepar S.A. Indústria e Construções), Operações em Energia (a Inepar Energia S.A.) e Operações em Telecomunicações (a Inepar Telecomunicações S.A.). A Nova Inepar S.A. Indústria e Construções terá sua atuação dividida em quatro unidades de negócios estruturadas de acordo com as necessidades do mercado;
 - Siemens Metering Ltda. passa a ser a nova razão social da Landis & Gyr Inepar, resultado da aquisição pela Siemens Metering das operações mundiais da Landis & Gyr;
- 2000** - Inepar S.A. Indústria e Construções incorpora as sociedades IESA - Internacional de Engenharia S.A e Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A., como primeira etapa do seu processo de reorganização societária;
- Inepar S.A. Indústria e Construções incorpora a totalidade das ações da Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S.A., transformando-a em subsidiária integral, na seqüência do seu processo de reorganização societária.
 - Durante o exercício de 2000, a Administração da companhia implementou um amplo programa de reestruturação, visando consolidar uma nova estrutura organizacional e societária. O objetivo principal foi simplificar a estrutura societária concentrando todas as atividades operacionais em torno de uma razão social: a Inepar S.A. Indústria e Construções, que agrega os resultados da controladora aos da subsidiária integral Inepar-FEM Equipamentos e Montagens S.A.
- 2001** - Dando continuidade ao processo de encaminhamento de soluções internas para a questão financeira, a Inepar prosseguiu efetuando desinvestimentos que elencamos a seguir:
- Em 02 de fevereiro a controlada Inepar Telecomunicações S/A firmou contrato objetivando a venda de sua participação na operadora de telefonia celular Global Telecom para a Telesp Celular Participações (Portugal Telecom);
 - Em 15 de março a subsidiária Inepar-FEM Equipamentos e Montagens S/A assinou contrato de compra e venda de ações com Hatamura & Associados S/C

1.1 Histórico do emissor

- Ltda., Excel Consultoria & Associados S/C Ltda. e Shapphire Service Ltda., para alienação de controle na Nordon S/A Indústrias Metalúrgicas;
- Em 20 de março, conforme Proposta de Compra de Ações, a controlada Inepar Energia S/A vendeu sua participação na empresa Itiquira Energética S/A, para a Tosli Acquisition B.V.. O contrato de Compra de Ações, após anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, foi firmado em data de 25 de maio de 2001;
 - Em 02 de julho alienamos a totalidade da participação na controlada em conjunto Lucent Inepar Sistemas de Energia Ltda. para a Tyco Group S.A.R.L.;
 - Em 16 de julho, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, nossa controlada Inepar Energia S/A vendeu sua participação na empresa Machadinho Energética S/A, para a Alcoa Alumínio S.A.;
 - Em 01 de agosto foi firmado um contrato de venda de ações, no qual a Inepar aliena a parcela de 36,15% que detinha do capital da controlada em conjunto Mastec-Inepar S/A Sistemas de Telecomunicações, para a Mastec Latin America, Inc.

2003/2004 - Após a decisão do Conselho de Administração, de Março de 2003, que colocou a responsabilidade da conclusão de todo o processo de reestruturação no Grupo Controlador, a administração da Companhia decidiu concentrar e consolidar todas as suas atividades operacionais em Araraquara/SP, objetivando significativa redução de nossos custos e despesas e o crescimento de nossa produtividade e competitividade.

Por motivos de ordem operacional e mercadológica e, em virtude da apreciável tradição junto ao mercado da subsidiária integral **IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S/A**, foi ela escolhida e estruturada para conduzir todas as atividades operacionais, nas áreas de projetos, manufatura e serviços, a partir de 2004.

Neste sentido, foram adotadas as seguintes providências:

- Eliminamos totalmente o passivo de curto e longo prazo da IESA e transferimos sua sede do Rio de Janeiro/RJ para Araraquara/SP.
- Transferimos para a IESA o acervo técnico de todas as empresas industriais e de serviços, da Companhia e de suas controladas.
- Nos casos em que isto foi possível, transferimos os contratos de fornecimento de produtos e serviços, da Companhia e suas controladas para a IESA, que passou a executá-los.
- Transferimos para a IESA, (observadas as restrições impostas pela transferência dos contratos de fornecimento e serviços), o quadro de colaboradores lotados nas várias empresas e atividades. Este processo foi totalmente concluído em janeiro último.
- Cadastramos a IESA como fornecedora de bens e serviços em todos os segmentos de mercado. Este processo foi facilitado graças ao acervo

1.1 Histórico do emissor

técnico e tradição da própria IESA, somado aqueles transferidos pela Companhia e suas controladas.

- Em continuidade ao Plano de Reestruturação, a empresa vem tomando medidas para redução de passivos e concentração em atividades de maior valor agregado, dentro desta diretriz, foi criada a SadeFem Equipamentos e Montagens S/A, transferindo todas as atividades relacionadas ao segmento de negócio de estruturas metálicas, mantendo o acesso aos insumos desta atividade através de acordos comerciais.
- Transferida a sede da IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A para Rio de Janeiro

2005

- Concluída a venda da participação total na SadeFem Equipamentos e Montagens S/A, mantendo acordo comercial para atender mercado.
- Constituída a IESA Óleo & Gás S.A, com o intuito de preparar a unidade para buscar uma nova parceira/sócio tecnológica, com capacidade de fazer frente ao grande volume de demanda no mercado, por investimentos em projetos de infra-estrutura.
- Concedido a IESA Óleo & Gás S.A, acesso a todo acervo técnico da IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A, sendo o mesmo compartilhado pelas duas empresas.
- Em 29 de Junho de 2005 a Inepar formalizou a venda de sua participação no capital da joint venture Landis+Gyr Equipamentos de Medição Ltda, correspondente a 44% do capital total. As cotas foram vendidas para a sócia majoritária Landis+Gyr Holding GmbH,

2008

- Em 18 de fevereiro de 2008, através da Ata 69ª da Assembleia Geral Extraordinária, a empresa transferiu sua sede para a Alameda Jurupis nº 455 – 10º Andar, Bairro Moema, CEP 04088-001 na cidade de São Paulo – SP.
- No primeiro trimestre dando seqüência aos acordos previamente assinados com a GE, a Inepar realizou a subscrição de 6.246.331 na Joint-Venture GEHI , passando de uma participação de 40% para 50% (menos 229 ações).
- Nos anos de 2008 e 2009 foram transferidos vários equipamentos de grande porte, que atendiam a GE Power Generation nas suas plantas da Finlândia, Canadá e Suécia, para serem integrados ao parque fabril localizado em Araraquara-SP.

1.1 Histórico do emissor

- Estes equipamentos serão primordiais para uma elevação da capacidade de produção de nossa fábrica, representarão um incremento em linhas de processo que operavam próximas de um limite técnico máximo, sendo equipamentos utilizados na maioria dos nossos projetos. Estes novos equipamentos elevam consideravelmente a capacidade total de processamento da fábrica, já que em outras áreas a utilização é modular e pode receber uma programação de produção, escalonada ou simultânea.
- Além de atender o mercado de geração de energia hidrelétrica, que apresenta uma significativa expansão de demanda praticamente no mundo todo, principalmente com uma maior conscientização da importância de utilização de fontes renováveis de energia, a empresa passa a contar com uma maior disponibilidade de fábrica para atender também a outras áreas de atuação.
- Com esta decisão a GE Hydro Inepar (GEHI), que produz turbinas e geradores para o Brasil e outros países da América do Sul, passará a atender a todo o mercado mundial neste segmento.
- O investimento total dessa reestruturação, incluindo a transferência de novas tecnologias e equipamentos de última geração, contará com a implantação do primeiro e único laboratório para desenvolvimento hidráulico do país.
- Esta unidade concentrará o atendimento aos diversos mercados mundiais e contará com sucursais e escritórios estrategicamente localizados nas diversas regiões onde atua; contará também com apoio de vendas da GE Power Generation que possui abrangência global, facilitando o acesso aos diversos mercados, entretanto deverá concentrar foco em alguns nichos com maior potencial de desenvolvimento.
- Integra a sua força produtiva, investimentos em equipamentos na fábrica da Iesa instalada em Araraquara, assim como contará com a incorporação de unidades na Suécia e Finlândia que facilitam o atendimento na Europa como um todo.
- Em julho de 2008 a empresa austríaca Andritz adquiriu da GE a participação na Joint-Venture GE Hydro Inepar, dessa forma a denominação será AHI. A empresa Andritz possui uma subsidiária brasileira chamada Vatech, até então uma forte concorrente da GEHI.
- Os projetos já contratados bem como os novos contratos serão mantidos pela AHI, todos os planos de investimentos da JV serão mantidos, incluindo o atendimento ao mercado interno, externo, bem como a construção do laboratório de hidrogeração, único na América do Sul, que já começou a ser construído e deverá ficar pronto em aproximadamente um ano.

1.1 Histórico do emissor

- Em 30 de novembro de 2008, a empresa adquiriu da controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., a participação de 26,4% no capital da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A.

2009

- Através da Ata da 16ª Assembléia Geral Extraordinária da controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., foi aprovado o aumento do capital social da companhia mediante emissão de 45.740.246 (quarenta e cinco milhões, setecentos e quarenta mil e duzentos e quarenta e seis) novas ações ordinárias ao valor de R\$ 1,00 (um real), onde a acionista Inepar S.A. Indústria e Construções subscreveu o montante de R\$ 40.856 representadas por 40.855.806 (quarenta milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e oitocentas e seis) ações ordinárias, sendo o saldo remanescente integralizado posteriormente, desta forma, a participação da Inepar S.A. Indústria e Construções passou de 67,10% para 74,60%.

2010

- Em 10 de Setembro de 2010, a Inepar S.A. Indústria e Construções consolida entendimentos com Innovida Factories Ltd., formando joint-venture para utilização de tecnologia inovadora e pioneira para construção de habitações populares e outras aplicações em construções civis, visando atender também aos requisitos do programa MINHA CASA MINHA VIDA, até então em desenvolvimento pelo Governo Brasileiro.

2011

- A joint-venture Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. assina contrato com Consórcio Norte Energia que detém a concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará; para o fornecimento de turbinas e geradores, assim como outros equipamentos hidromecânicos a serem utilizados pela usina, com escopo de valor total de R\$ 1,022 bilhões de reais. Belo Monte será a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, ficando atrás apenas da chinesa Três Gargantas e da binacional Itaipu.
- Migração para o Nível 1 de Práticas Diferenciado de Governança Corporativa.
- A INEPAR S.A. Indústria e Construções, através da Millport Associates S.A., foi vencedora da oferta de compra, conforme declaração pela Corte Americana em 18/08/2011, dos Ativos da Innovida Holdings LLC nos Estados Unidos, que contemplam as patentes, a "trademark", fábrica em Miami, certificações internacionais e principalmente a propriedade, e o

1.1 Histórico do emissor

direito de uso exclusivo na aplicação do Sistema Construtivo no Brasil e no mundo.

- Incorporação da Inepar Energia S.A., em 21 de novembro de 2011, aumentando o patrimônio líquido da Companhia em R\$ 28.239.943 milhões. Com essa incorporação, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 9.923.653 elevando o seu patrimônio líquido de R\$ 389.053.477 para R\$ 398.977.131.
- A IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., subsidiária integral da INEPAR, adquiriu da IAP (INEPAR Administração e Participações S.A.) 20% de participação que esta detinha na TIISA (Triunfo-Iesa Infraestrutura S.A.) por R\$ 55,8 milhões, aumentando assim a sua participação TIISA de 30% para 50%.

2012

- Em 31/03/2012 a INEPAR S.A Indústria e Construções adquiriu da IAP (INEPAR Administração e Participações S.A.) 50% de participação que esta detinha na CBD (Companhia Brasileira de Diques) por R\$ 608,7 milhões, que pagou com TDPs (Títulos da Dívida Pública Federal Externa) que se encontrava em sua carteira.
- Durante o ano de 2012, a controlada IESA Óleo & Gás assinou o maior contrato da história da Inepar. Trata-se do contrato de fornecimento de 24 módulos de compressão de CO₂ para seis FPSOs replicantes, com opção de fornecimento de mais 08 módulos para outras duas FPSOs, cujo contratante é um consórcio formado entre a Petrobras, BG Group, Petrogal e Repsol Sinopec. Esses módulos serão responsáveis pelos sistemas de compressão e injeção de CO₂, compressão para exportação de gás, injeção de gás e compressão de gás principal com recuperação de vapor.
- Licitação vencida para prestar serviços de construção, montagem e manutenção de integridade nas plataformas da Unidade de Operações da Bacia de Campos (UO-BC) da Petrobras. O trabalho será realizado durante as campanhas de manutenção das plataformas com apoio de Unidade de Manutenção e Segurança (UMS). Este modelo de contratação com apoio de UMS é um modelo novo criado pela Petrobras, do qual a IESA sai na frente de seus concorrentes.

2014 a 2022

Em 29/08/2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

1.1 Histórico do emissor

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

-Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.

-Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.

-Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao REFIS, também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.

-Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).

-Venda da participação acionária da lesa no capital da Inepar Capacitores S.A.

-Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

1.1 Histórico do emissor

A Companhia tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos.

Em 25 de janeiro de 2022, a Inepar recebeu uma proposta da empresa Melville Capital Group LLC de Nova York, para aquisição das UPI's IOG e IPM, estando inclusos nessa venda os imóveis operacionais de Araraquara e Macaé, bem como acervos, propriedade intelectual e outros intangíveis. A oferta recebida trata-se de uma oferta vinculante firme e irrevogável de US\$ 125 milhões, conforme noticiado no Fatos Relevantes publicados em 22 de janeiro e 25 de janeiro de 2022.

Em 14 de março de 2022, foi publicado nos autos da Recuperação Judicial a data de 28/04/2022 para as 15 horas em audiência pública para a realização do leilão das propostas apresentadas no Processo Competitivo.

Em 28 de abril de 2022, ocorreu a audiência para a abertura das propostas apresentadas no processo de leilão de venda das UPIs IOG e IPM, e que além da proposta firme apresentada anteriormente pela Melville Capital Group LLC, a empresa SEFRAN Fabricação e Comércio de Equipamentos Industriais Ltda, habilitou-se no processo e apresentou proposta para aquisição das referidas UPIs no valor de US\$ 153 milhões de dólares americanos.

Em 09 de maio de 2022, foi exarada decisão do Juiz da Recuperação Judicial homologando a alienação das UPIs, que foram vendidas pela empresa SERFRAN.

Desta forma abriu-se o prazo de 30 dias corridos para a efetivação do pagamento.

Em 17/12/2021 em revisão à petição do dia 22/04/2021, a Companhia apresentou um plano de pagamento para encerramento do processo de Recuperação Judicial com pagamento das obrigações exigíveis para encerramento, bem como o pagamento de diversas obrigações extraconcursais trabalhistas, financeiras e de fornecedores, além de parte do capital de giro necessário ao soerguimento da empresa.

Após o recebimento da primeira tranche da arbitragem, ocorrida em 26/03/2021, a situação da recuperação judicial se apresentava da seguinte forma:

1.1 Histórico do emissor

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 19,5	R\$ 19,5	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV		R\$ 15,0	R\$ 15,0	R\$ 12,5
TOTAL	R\$ 21,3	R\$ 376,2	R\$ 397,5	R\$ 2.276,7

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento ao BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito) o saldo de 21,3 milhões.

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Geração de Energia

- a) Fabricação de 02 Turbinas tipo Francis 64,2 MW – 120 RPM – 38,1 Metros de queda de água e 02 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 15,8 MVA – 38 Pólos – 6,9 KV – FP=0,92 – para a Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, localizada no Rio Jacuí, Município Agudo – RS.

Cliente: **GE HYDRO INEPAR – CONSÓRCIO CONFRAM**

- b) Fabricação de 02 Turbinas tipo Francis 31,2 MW – 360 RPM – 86,8 Metros de queda de água e 02 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 33,8 MVA – 20 Pólos – 13,8 KV – FP=0,90 para a Casa de Força I e mais 02 Turbinas tipo Francis 48,8 MW – 400 RPM – 135,3 Metros de queda de água e 02 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 52,9 MVA – 18 Polos – 13,8 KV – FP=0,90 para a Casa de Força II da Usina Hidrelétrica de Itiquira, localizada no Rio Itiquira, Município de Itiquira – MT.

Cliente: **GE HYDRO INEPAR – CONSÓRCIO ITICON**

- c) Fornecimento de mão de obra para modernização de 04 Geradores 52 MVA – 56

1.1 Histórico do emissor

MVA – 56 Pólos – 13,8 KV – FP = 0,95 e reforma de componentes de outros 6 geradores e 4 turbinas tipo Francis 53 MW – 128,6 RPM – 45 metros de queda de água para a Usina Hidrelétrica de Mascarenhas de Moraes, localizada no Rio Grande, Município de Ibiraci – MG.

Cliente: **GE HYDRO INEPAR - FURNAS**

d) Fabricação de 03 Turbinas Tipo Francis 300 MW – 200 RPM – 175,6 metros de queda de água e 03 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 311 MVA – 36 Pólos – 13,8 KV – FP=0,95 para a Usina Hidrelétrica de Campos Novos, localizada no Rio Canoas, Município de Campos Novos – SC.

Cliente: **GE HYDRO INEPAR E ENERCAN – CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A..**

e) Fornecimento de componentes para 03 Turbinas tipo Francis 42,1 MW – 450 RPM – 166,2 Metros de queda de água e fornecimento de componentes para 03 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 46 MVA – 16 Pólos – 13,8 KV – FP=0,90 para Usina Hidrelétrica de Guaporé, localizada no Rio Guaporé, Município de Jaurú – MT.

Cliente: **GE HYDRO INEPAR E TANGARÁ ENERGIA**

EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS

a) Fornecimento de 11 Grades da Tomada de Água – 1 conjunto de Comporta Ensecadeira da Tomada de Água - 01 conjunto de Comporta Ensecadeira do Tubo de Sucção e 11 Conduitos Forçados, destinados para ampliação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, localizada no Rio Tucuruí, Município Tucuruí – PA

Cliente: **ELETRONORTE**

b) Fornecimento de Comporta Vagão da Tomada de Água – Painel de Comando e Painel de Fechamento pra a Usina Hidrelétrica Mascarenhas de Moraes, localizada no Rio Grande, Município Ibiraci – MG.

Cliente: **FURNAS**

c) Fornecimento de 03 Comportas Vagão – 4 Comportas Ensecadeira – 01 Comporta Descarga e 02 Conduitos Forçados para Usina Hidrelétrica de Itiquira.

Cliente: **ITISA - ITIQUIRA ENERGÉTICA S.A.**

EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS

a) Fornecimento de 01 Ponte Rolante Capacitada de 2 x 130KN x 6,2 Metro incluído a Montagem no Campo e os Testes de Comissionamento, destinado a UHE – Porto Primavera/SP

Cliente: **CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO**

b) Fornecimento de 01 Pórtico Rolante 30T x 5M utilizado para manuseio dos painéis da comporta ensecadeira na Usina Hidrelétrica de Tucuruí/PA

1.1 Histórico do emissor

Cliente: **ELETRONORTE**

- c) Fornecimento de 01 Monovia equipada com 02 Talhas germinadas com capacidade de 20T cada uma e caminho de rolamento de 180M, destinado a Usina Hidrelétrica de Mascarenhas de Moraes/MG

Cliente: **FURNAS**

- d) Fornecimento de 01 Ponte Rolante 850Kn x 14,3M – 01 Ponte Rolante Monoviga 80 KN x 14,3 M – 01 Monovia com Talha Elétrica de 125 KN x 30M – 01 Monovia com Talha Elétrica 125KN x 40M – 1 Monovia com Talha Elétrica 80 KN x 18M, destinado ao Aproveitamento Hidrelétrico Ponte de Pedra-MS.

Cliente: **CONSÓRCIO CIGLA-SADE**

- e) Fornecimento 01 Ponte Rolante 220/70/6 Ton x 24,96 M para manuseio de Panela de Metal Líquido, destinado a Aciaria de Piracicaba/SP, Esta é uma das maiores pontes rolante de aciaria, produzida com tecnologia própria.

Cliente: **COMPANHIA SIDERURGIA BELGO MINEIRA.**

- f) Fornecimento de 19 Pontes Rolantes para Laminador de Tiras a Quente da CST sendo 5 Pontes 60Tx27,6M – 04 Pontes 40Tx28,6M – 02 Pontes 100Tx27,30M – 02 Pontes 40Tx40M – 01 Ponte 100Tx27,15M – 01 Ponte 45Tx27M – 01 Ponte 40Tx20M – 01 Ponte 15Tx18M – 01 Ponte 15Tx27,15M e 01 Ponte 40T x 28,6M.

Cliente: **DEMAG**

- g) Fornecimento de 07 Pontes Rolantes para a Linha de Processo de Chapas da CISA – Araucária/PR sendo 03 Pontes 30Tx27,6M – 02 Pontes 30Tx21,6M – 01 Ponte 25Tx20,4M e 01 Ponte 55,15T x 27,6M.

Cliente: **DEMAG**

- h) Fornecimento de 02 Guindastes Portuários de 40 T x 18m para movimentação de containers no Porto de Santos – terminal do Guarujá/SP.

Cliente: **SANTOS BRASIL S.A.**

EQUIPAMENTOS DE PROCESSOS

- a) Fornecimento de 14 Vasos de Pressão, Reatores e Torres de Processo, 2 DD Washer – Planta de depuração, Deslignificação por Oxigênio e Branqueamento, totalizando mais de 3.000 Ton de equipamentos para a expansão da linha de fibra da Aracruz Celulose, localizada no Município de Aracruz – ES. Neste projeto a Inepar Equipamentos recebeu um prêmio pela performance de cumprimento no prazo de entrega.

Cliente: **ARACRUZ CELULOSE S.A..**

- b) Fornecimento de 01 Vaso de Pressão – NH3 Knock out Drum destinado para aumento da capacidade produtiva de Amônia da Refinaria Duque de Caxias, localizada no Município de Duque de Caxias-RJ.

Cliente: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRÁS**

1.1 Histórico do emissor

- c) Fornecimento de 7 Torres e 2 Vasos de Pressão destinados para a expansão da Refinaria Gabriel Passos, localizada no Município de Betim/MG.
Cliente: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRÁS**
- d) Fornecimento de 2 Vasos de Pressão (Reator e Degasador) para expansão da unidade fabril e aumento de capacidade na produção de peróxidos de hidrogênio da Unidade da Peróxidos, localizada no Município de Curitiba/PR.
Cliente: **PERÓXIDOS DO BRASIL LTDA**
- e) Fornecimento de 01 Vaso Depurador de Gás, destinado ao aumento da capacidade produtiva de gás natural da Unidade da Petrobrás localizada no Município de São Mateus-ES.
Cliente: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRÁS**

METRO-FERROVIÁRIO

- a) Reforma de 1.668 Vagões de Carga em Aço Carbono, 1535 Vagões de Carga em Alumínio, Troca de rodeiros de 43 Locomotivas, Recuperação de 50 Locomotivas e Reforma do virador de locomotivas da oficina da Ferronorte localizada em Araraquara-SP.
Cliente: **FERRONORTE**
- b) Fornecimento e montagem de 2 Viradores de Locomotiva para as oficinas de Santa Bárbara e Ipatinga/MG.
Cliente: **CVRD – COMPANHIA VALE DO RIO DOCE**
- c) Fornecimento de 2 Viradores de Locomotivas para o Projeto Trombetas-PA.
Cliente: **MINERAÇÃO RIO DO NORTE**
- d) Reforma de Guindastes Rodoferroviários Holmes
Cliente: **FERRONORTE**

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia, cujas atividades operacionais, a partir de 2004, foram concentradas na controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., tem por objeto social:

- a) Fabricação, comercialização, projeto e fornecimento de bens de capital, de equipamentos, sistemas e serviços destinados à:
 - Geração, transmissão, transformação, proteção, distribuição e consumo de energia elétrica;
 - Implantação e expansão de sistemas de telecomunicações;
- b) Projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações;
- c) Projeto e construção de linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica;
- d) Projeto e construção de linhas, canalizações, transmissões e centrais de telecomunicações;
- e) Projeto e construção de sistemas de sinalização ferroviária e rodoviária;
- f) Projeto e montagem de sistemas de automação;
- g) Realização direta ou indireta de obras civis, procura, aquisição e fornecimento de equipamentos, montagem industrial e gerenciamento de negócios na área de engenharia em geral;
- h) Elaboração de estudos econômicos e realização de estudos, planos e projetos de engenharia;
- i) Gerenciamento de empreendimentos, fiscalização e/ou supervisão de obras e serviços de engenharia;
- j) Instalação, supervisão e montagem de equipamentos eletromecânicos e eletroeletrônicos;
- k) Operações de importação e exportação relacionadas com os objetivos operativos;
- l) Fornecimento de redutores eletrônicos de velocidade e prestação de serviços de instalação, operação e manutenção e de processamento de dados e imagens resultantes de infrações de trânsito;
- m) Prestação de serviços de qualquer natureza no ramo da Engenharia Consultiva, de projetos ou da informática, de Computação Gráfica, de Informática aplicada à Engenharia e de consultoria e assessoria nas atividades de gestão empresarial;
- n) Prestação de serviços de telecomunicações;
- o) Participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista;
- p) Prestação de serviços técnicos de Consultoria e Assessoria nas atividades de Gestão Energética, Automação e Telecomunicações;

A controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. tem por objeto social:

- a) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, bem como a elaboração de estudos econômicos;
- b) execução de serviços de construção, de manutenção, montagem e assistência técnica para os setores de infra-estrutura e industrial, em especial nas áreas de: siderurgia, mineração e metalurgia; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; petróleo, química e petroquímica; portuário, metro-ferroviário; saneamento básico e ambiental; papel e celulose e telecomunicações; distribuição e transmissão de energia elétrica;
- c) fabricação, comercialização, locação, arrendamento, projeto e fornecimento de produtos, bens de capital, máquinas e equipamentos, sistemas e serviços para

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- infra-estrutura de empresas públicas e privadas, em especial nas áreas de óleo e gás, água e esgoto, geração, transmissão, transformação e proteção de energia, distribuição e consumo de energia elétrica, transporte, compensação reativa, movimentação e outros afins;
- d) fabricação e montagem de estruturas de aço e seus agregados;
 - e) fabricação, supervisão de montagem, montagem, instalação, comissionamento e testes, de capacitores, bancos de capacitores, filtros de harmônicas, equipamentos para qualidade de energia e eficiência energética, de baixa, média e alta tensão;
 - f) fornecimento de redutores eletrônicos de velocidade e prestação de serviços de instalação, operação e manutenção e de processamento de dados e imagens resultantes de infrações de trânsito;
 - g) manutenção, modificação e operação de sistemas de exploração e processamento de petróleo e gás;
 - h) prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas mencionadas no item anterior;
 - i) representação, comercialização, compra e venda de produtos e serviços relativos às áreas descritas nos incisos acima;
 - j) projeto e construção de linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica;
 - k) projeto, construção e montagem de usinas térmicas e hidroelétricas;
 - l) projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações;
 - m) projeto e construção de sistemas de sinalização ferroviária e rodoviária;
 - n) projeto e construção de obras civis, elétrica, hidráulicas e de telecomunicações;
 - o) projeto e construções de linhas, canalizações, transmissões e centrais de telecomunicações de telecomunicações;
 - p) implantação e expansão de sistemas de telecomunicações;
 - q) exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos incisos antecedentes;
 - r) participação em licitações, através de consórcios ou SCP's, na privatização de empresas distribuidoras de energia e em novos produtos;
 - s) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista; e
 - t) administração de bens próprios.

A Controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. tem por objeto social:

- a) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista;
- b) prestação de serviços de qualquer natureza no ramo da engenharia consultiva, de projetos, distribuição e consumo de energia elétrica;
- c) fabricação, comercialização, projeto e fornecimento de bens de capital, de equipamentos, sistemas e serviços destinados à geração, transmissão, transformação, proteção, distribuição e consumo de energia elétrica;
- d) execução de serviços de construção, montagem e assistência técnica para os setores de infra-estrutura industrial, em especial nas áreas de: siderurgia, mineração e metalurgia; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; petróleo, química e petroquímica; portuário, metro-ferroviário; saneamento básico e ambiental; papel e celulose e telecomunicações;
- e) prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas mencionadas no item anterior;

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- f) projeto e construção de linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica;
- g) projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações;
- h) projeto e construção de sistemas de sinalização ferroviária e rodoviária;
- i) projeto e montagem de sistemas de automação;
- j) importação e exportação relacionadas com os objetivos operativos;
- k) participação em licitações, através de consórcios ou SCP's, na privatização de empresas distribuidoras de energia e em novos produtos.

A Controlada Indireta IESA Óleo & Gás S.A. tem por objeto social:

- a) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, gerenciamento e administração nas áreas de óleo e gás;
- b) execução de serviços de construção, da manutenção, montagem e assistência técnica nas áreas de óleo e gás, química e petroquímica;
- c) execução e prestação de serviços de construção civil aplicado às áreas de "Off-Shore" e "On-Shore";
- d) manutenção, modificação e operação de sistemas de exploração e processamento de petróleo e gás;
- e) projeto, construção e montagem de usina térmica nuclear;
- f) prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas de óleo, gás, química e petroquímica;
- g) apresentação e comercialização de produtos e serviços ligados ao objeto social;
- h) exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos incisos antecedentes;
- i) participação em licitações, através de consórcios ou SCP's, para consecução do seu objeto social;
- j) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista.

A ligada IESA Tecnologia e Transportes S.A. tem por objeto social:

- a) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, gerenciamento e administração na área de transporte, em saneamento e em atividades de engenharia civil ligadas a pontes, estradas e viadutos;
- b) execução de serviços de construção, manutenção, montagem e assistência técnica para os setores de infra-estrutura e industrial, nas áreas: portuária, aeroportuária, metro-ferroviária, saneamento básico e ambiental, telecomunicações, controle de tráfego rodoviário e infra-estrutura urbana;
- c) prestação e serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas mencionadas no item anterior;
- d) fiscalização de execução de obras rodoviárias;
- e) fabricação/modernização de material rodante;
- f) projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações
- g) projeto e construção de sistemas metro-ferroviários, incluindo sinalização, telecomunicação, eletrificação, sonorização e controle de acesso de passageiros

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- h) projeto e construção de sistemas aeroportuários, incluindo informação ao usuário, telecomunicação, sonorização, controle de incêndio e controle de acesso de passageiros;
- i) exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos itens antecedentes;
- j) participação de licitações isoladamente ou por meio de consórcios ou SCPs;
- k) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista
- l) administração de bens próprios

A ligada Enisa – Inovação e Infraestrutura S.A. tem por objeto social:

- a) Realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, bem como a elaboração de estudos econômicos e gerenciamento e administração necessárias às atividades de siderurgia; mineração e metalurgia; saneamento básico e ambiental; sistema de captação; sistema de coleta; tratamento de esgoto e lançamento de seus efluentes; preservação e despoluição de Mananciais e Baías; tratamento e distribuição de água; estações elevatórias e de tratamento sanitário; infraestrutura urbana e dragagens; obras hidráulicas; pontos e canais; navegação lacustre, fluvial e marítima; óleo e gás; petróleo; plataformas de petróleo e suas unidades modulares; plantas e sistemas industriais de qualquer natureza, usinas termoelétricas, usinas de fontes renováveis(energia solar (Sol), eólica (ventos), maremotriz (maré), hídrica (força das águas) e geotérmica (calor interno da Terra); unidades de tratamento de lixo, urbano, industrial e hospitalar; infra e superestrutura e material rodante; controle de tráfego rodoviário; infraestrutura urbana; sinalização ferroviária e rodoviária; veículos de transporte sobre trilhos e pneus; redutores eletrônicos de velocidade e prestação de serviços de instalação; operação e manutenção e de processamento de dados e imagens resultantes de infrações de trânsito; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; portuário; sistemas de armazenagem de grãos e silagem; metro-ferroviário; química/petroquímica; papel e celulose; telecomunicações; automação; linhas de transmissão, redes de subestações elétricas; distribuição e transmissão de energia elétrica; distribuição e consumo de energia; rebaixamento e distribuição de Energia Elétrica; usinas térmicas e hidroelétricas; e estruturas de aço e seus agregados, inclusive obras de arte em concreto e aço;
- b) Prestação de serviços de qualquer natureza nas atividades acima mencionadas, inclusive na modalidade EPC, especialmente de engenharia consultiva; projeto básico; projeto executivo ou detalhado para fabricação; computação gráfica; prototipagem eletrônica; cálculos e demais atividades computacionais e sistemas próprios de softwares; e automação industrial;
- c) Elaboração de planos e prestação de serviços de planejamento; gerenciamento; administração e na modalidade EPCM; operação; manutenção; atualização e repotenciamento de plantas; sistemas,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- instalações e equipamentos necessários nas operações e atividades mencionadas na letra “a” acima;
- d) Execução de serviços de construção, manutenção, montagem e assistência técnica para os setores de infraestrutura e indústria, em especial nas áreas mencionadas na letra “a” acima e outras áreas afins e relacionadas, tanto nos empreendimentos próprios e ou através de consórcios, PPP’s ou SPE’s, BOT, BTS, em que a Companhia venha participar;
 - e) Execução e prestação de serviços de construção civil aplicado às áreas de “Off-Shore” e “On- Shore”;
 - f) Fabricação, fornecimento, instalação, montagem, supervisão, comissionamento, descomissionamento, testes de performance, operação assistida e start-up, manutenção, modificação de equipamentos, peças, acessórios e componentes, exploração e processamento, operação de sistemas das áreas mencionadas na letra “a” acima;
 - g) Comercialização, locação, arrendamento, para infraestrutura de empresas públicas e privadas, em especial nas áreas mencionadas na letra “a” acima;
 - h) Construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações;
 - i) Realização ou contratação de obras civis; bens de capital; fornecimento de equipamentos; serviços de montagem-eletromecânica, hidráulica, automação, elétrica de força, controle e automação e; serviços Auxiliares relacionados as atividades mencionadas no item “a” acima;
 - j) Gerenciamento de empreendimentos, fiscalização e/ou supervisão de obras e serviços de engenharia;
 - k) Exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos itens anteriores;
 - l) Participação em licitações e empreendimentos, através de consórcios, PPP’s ou SPC’s, BOT’s BTS’s;
 - m) Realizar e integrar empreendimentos e sistemas EPC’s e EPCM’s nas áreas descritas nos itens anteriores;
 - n) Representação, comercialização, locação, arrendamento, importação, exportação e compra e venda de equipamentos, insumos, partes e peças e matérias primas necessárias as atividades mencionadas na letra “a” acima;
 - o) Administração de bens próprios; e
 - p) Participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

Segmentos de atuação: As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três segmentos:

- **Segmento de Geração & Equipamentos:** As principais divisões de negócios da nossa controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., a qual conta em Araraquara-SP com um parque industrial instalado de 823.000 m² de terreno e área coberta superior a 140.000 m², são as seguintes:

Divisão de Movimentação de Materiais e Mineração: A IESA/INEPAR tem uma longa tradição de fornecimento para ambos os mercados, onde mais de 2.500 pontes rolantes já foram fornecidas, além de inúmeros equipamentos para movimentação de minério. Recentemente, foi fornecida a maior retomadora de minério tipo portal do mundo.

Divisão de Equipamentos de Processo: Abrangendo o mercado de refinarias, plantas químicas e petroquímicas, celulose e papel, cimento, cervejarias e indústria alimentícia, a IESA/INEPAR possui tecnologia para fabricar e montar unidades de processo, sendo considerada uma das principais fornecedoras de equipamentos para a Petrobras.

Divisão de Geração de Energia: Esta divisão está sendo transferida para a empresa Andritz.

Divisão de Equipamentos Hidromecânicos: Com expressiva atuação no mercado nacional, a divisão de equipamentos hidromecânicos produz comportas, condutos forçados, grades, barramento blindado e servomotores, tendo participado de grandes empreendimentos de geração de energia como Campos Novos, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito, entre outros.

- **Segmento de Construção & Montagem:** Voltado para os negócios em infraestrutura e saneamento, este segmento apresenta potencial de crescimento.

- **Divisão de Transporte Metroviário:** Reforma e fabricação de trens de passageiros, tendo performado contratos para a CPTM (SP) e Central (RJ), Metrô-SP, Metrô-RJ, Metrô-Brasília, com tecnologia própria e fábrica com infraestrutura de saída direta para trilhos.

- **Segmento de Óleo & Gás:** No mercado de óleo & gás, estamos representados pela subsidiária IESA Óleo & Gás e de suas participações.

A Companhia tem como atividade preponderante a prestação de serviços e o fornecimento de materiais para as indústrias de petróleo, gás, química e petroquímica, visando fornecer através de projetos EPC (Engineering, Procurement and Construction), desenvolvendo desde os estudos e projetos de engenharia e consultoria até a execução de serviços de manutenção, construção, montagem e assistência técnica.

b) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação em nosso lucro líquido

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua, uma vez que as funções de sua estrutura operacional, tais como área de compras, vendas, tecnologia da informação, logística, administração e recursos humanos são compartilhados entre os segmentos, não sendo possível a alocação das despesas por segmento de negócio.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Segmento de Geração & Equipamentos

Movimentação de Materiais

Nas instalações da IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. são projetadas e fabricadas as pontes e pórticos rolantes para as mais complexas aplicações, produz guindastes portuários, máquinas para carregamento e descarregamento de navios, equipamentos de mineração, tais como empilhadeiras e transportadores.

Com tecnologia própria, desenvolvida ao longo dos últimos 30 anos através de acordos com tradicionais empresas do setor nos Estados Unidos, Japão e Alemanha e com mais de 2.500 pontes rolantes entregues no Brasil e no exterior, a IESA tem a melhor solução para o manuseio de materiais.

a) Principais equipamentos fornecidos:

- Empilhadeira de Lança Dupla
- Empilhadeira de Lança Fixa
- Empilhadeira de Lança Giratória
- Monovias
- Painéis de Aço
- Painéis de Gusa
- Ponte Rolante
- Pórtico Rolante

b) Características do processo de produção:

O processo de produção começa com o corte das matérias primas, passando pela área de dobra ou conformação para então os conjuntos formados serem montados e soldados. Os conjuntos formados podem sofrer algum tipo de usinagem tais como processos de torneamento, mandrilamento, furação ou fresamento, dando assim formas finais ao conjunto.

Os conjuntos usinados entram no processo produtivo de montagem gerando grandes componentes dando forma do produto final.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

c) características do processo de distribuição

Processo sobre encomendas de grande porte, onde os produtos são entregues diretamente ao cliente, e com processos de instalação e colocação em marcha “start-up”

d) características dos mercados de atuação

1. participação em cada um dos mercados
2. condição de competição nos mercados

e) eventual sazonalidade

Não se aplica.

f) principais insumos e matérias primas,informando:

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Principais insumos:

- Aço carbono (chapas, perfis, tubos e barras);
- Conexões forjadas;
- Consumíveis de solda;
- Tintas e vernizes.

Devido à natureza dos produtos ofertados pela IESA mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A IESA utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo- benefício para a companhia.

Algumas parcerias são de longo prazo muitas vezes dado as exigências de nossos clientes. Parcerias longas são estabelecidas, também, com fornecedores que possuem um bom histórico com a companhia, demonstrando comprometimento com o fornecimento o que gera o melhor custo-benefício da aquisição.

Nenhuma das relações mantidas com fornecedores da IESA é sujeita a controle ou regulamentação governamental, exceto concessionárias de serviços públicos.

2. eventual dependência de poucos fornecedores

A IESA não possui dependência de poucos fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade. Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um “Vendor List”, aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de poucos fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

3. eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo no preço das “commodities” tipo minério de ferro (matéria-prima para fabricação do aço), cobre (matéria-prima de grande maioria dos equipamentos e materiais elétricos) e assim por diante. Mas mesmo nestes casos é bastante frequente que, pelo fato das encomendas da IESA terem um período de maturação de médio a longo prazo - entre 2 a 4 anos; tais variações sejam atenuadas ou até mesmo completamente compensadas através de fórmulas de reajuste paramétricas previstas contratualmente.

Equipamentos de Processo

Com mais de 30 anos de experiência a controlada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. está capacitada a atender as mais diversas linhas de equipamentos para produção e processamento de Petróleo & Gás e aplicações Petroquímicas em geral, em inox, aço carbono e ligas especiais.

A especialização e a experiência das equipes de engenharia, fabricação e montagem da IESA têm o reconhecimento do mercado para fabricar e montar unidades de processo como: refinarias, plantas químicas e petroquímicas, de celulose e papel, de cimento, bem como cervejarias e indústria alimentícia. A IESA está capacitada a desenvolver, dentro dos padrões mundiais de qualidade e segurança, as soluções mais adequadas de acordo com o perfil de cada cliente.

a) Principais equipamentos fornecidos:

- Vasos e Torres de Pressão: Reservatórios que contem fluido sob pressão interna e/ou externa, utilizados em refinarias de petróleo, indústrias químicas e petroquímicas e de papel e celulose, utilizados para armazenamentos intermediários ou entre um processo e outro.
- Reatores: Vasos de pressão, utilizados para transformação de produtos através de reações químicas, térmicas, de pressão ou de processos de agitação.
- Torres/Colunas de Processo: Vasos de pressão utilizados no processamento de fluidos, através da destilação, fracionamento, absorção, separação ou outros processos.
- Tambor de coque: Reator utilizado para o craqueamento catalítico, em unidades de ufcc de refinarias de petróleo.
- Desaeradores: Vasos de pressão utilizados em plataformas de petróleo para remoção de sulfatos da água marítima.
- Esferas: Vasos de Pressão utilizados para armazenamento de Grandes volumes de gases sob pressão.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Trocadores de calor: Vasos De Pressão Utilizados Para Troca Térmica Entre Fluidos Nos Processos Químicos e Petroquímicos.
- Bajas: Base de Jateamento, equipamento utilizado para iniciar perfuração de poço de petróleo em lâminas d'água profundas. Serve como lastro para antecipar a descida dos equipamentos para perfurações no fundo do mar.
- Boca de Sino: Estruturas *offshore* que fixam as linhas submarinas ao costado das plataformas
- Skid's: Equipamentos utilizados na exploração de petróleo, composto em geral por vaso de pressão, tubulações, válvulas, instrumentação, elétrica e estrutura necessária para suportar e confinar todos os componentes
- Tanque de armazenamento: Equipamento utilizado para armazenar grandes volumes de líquido, principalmente DIESEL. São equipamentos de grandes dimensões 50/100/150 mts de diâmetro.

b) características do processo de produção:

O processo de produção começa com o corte das matérias primas, passando pela área de dobra ou conformação para então os conjuntos formados serem montados e soldados. Os conjuntos formados podem sofrer algum tipo de usinagem tais como processos de torneamento, mandrilamento, furação ou fresamento, dando assim formas finais ao conjunto.

Os conjuntos usinados entram no processo produtivo de montagem gerando grandes componentes dando forma do produto final.

c) características do processo de distribuição

Processo sobre encomendas de grande porte, onde os produtos são entregues diretamente ao cliente, e com processos de instalação e colocação em marcha "start-up"

d) características dos mercados de atuação

1. participação em cada um dos mercados

Área de Óleo&Gás (onshore/offshore)

2. condição de competição nos mercados

Não se aplica

e) eventual sazonalidade

Não se aplica

f) principais insumos e matérias primas,informando:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Principais insumos:

- Aço carbono (chapas, perfis, tubos e barras);
- Conexões forjadas;
- Consumíveis de solda;
- Tintas e vernizes.

Devido à natureza dos produtos ofertados pela IESA mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A IESA utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo-benefício para a companhia. Algumas parcerias são de longo prazo muitas vezes dado as exigências de nossos clientes como, por exemplo, a Petrobrás, que determina que alguns fornecedores sejam certificados por ela. Parcerias longas são estabelecidas, também, com fornecedores que possuem um bom histórico com a companhia, demonstrando comprometimento com o fornecimento o que gera o melhor custo-benefício da aquisição.

Nenhuma das relações mantidas com fornecedores da IESA é sujeita a controle ou regulamentação governamental, exceto concessionárias de serviços públicos.

1. eventual dependência de poucos fornecedores

A IESA não possui dependência de poucos fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade. Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um "Vendor List", aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de poucos fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

2. eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo no preço das "commodities" tipo minério de ferro (matéria-prima para fabricação do aço), cobre (matéria-prima de grande maioria dos equipamentos e materiais elétricos) e assim por diante. Mas mesmo nestes casos é bastante frequente que, pelo fato das encomendas da IESA terem um período de maturação de médio a longo prazo -entre 2 a 4 anos; tais variações sejam atenuadas ou até mesmo completamente compensadas através de fórmulas de reajuste paramétricas previstas contratualmente.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Equipamentos Hidromecânicos

Com expressiva atuação no mercado nacional, a Área de Equipamentos Hidromecânicos tem participação de grandes empreendimentos de Geração de Energia. Contando com engenheiros especialistas e com a capacidade fabril instalada, a IESA possui tecnologia própria que permite que os equipamentos sejam desenvolvidos e fabricados conforme as especificações técnicas solicitadas.

a) Principais equipamentos fornecidos:

- Conduto Forçado
- Barramento Blindado
- Grades
- Comportas
- Ensecadeiras

Vagão Segmento

Mitra

- Servomotores
- Válvula Borboleta
- Válvula Dispersora

b) características do processo de produção:

O processo de produção começa com o corte das matérias primas, passando pela área de dobra ou conformação para então os conjuntos formados serem montados e soldados. Os conjuntos formados podem sofrer algum tipo de usinagem tais como processos de torneamento, mandrilamento, furação ou fresamento, dando assim formas finais ao conjunto.

Os conjuntos usinados entram no processo produtivo de montagem, testes operacionais e pintura, gerando grandes componentes dando forma do produto final.

c) características do processo de distribuição

Processo sobre encomendas de grande porte, onde os produtos são entregues diretamente ao cliente, e com processos de instalação e colocação em marcha “start-up”

d) características dos mercados de atuação

1. participação em cada um dos mercados

Participação no mercado de Geração de Energia

2. condição de competição mercados 15% do mercado

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

e) eventual sazonalidade

Não se aplica

f) principais insumos e matérias primas, informando:

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Principais insumos:

- Aço carbono (chapas, perfis, tubos e barras);
- Conexões forjadas;
- Consumíveis de solda;
- Tintas e vernizes.

Devido à natureza dos produtos ofertados pela IESA mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A IESA utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo-benefício para a companhia.

Algumas parcerias são de longo prazo muitas vezes dado as exigências de nossos clientes. Parcerias longas são estabelecidas, também, com fornecedores que possuem um bom histórico com a companhia, demonstrando comprometimento com o fornecimento o que gera o melhor custo-benefício da aquisição.

Nenhuma das relações mantidas com fornecedores da IESA é sujeita a controle ou regulamentação governamental, exceto concessionárias de serviços públicos.

1. eventual dependência de poucos fornecedores

A IESA não possui dependência de poucos fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade. Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um "Vendor List", aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de poucos fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

2. eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo no preço das "commodities" tipo minério de ferro (matéria-prima para fabricação do aço), cobre (matéria-prima de grande maioria dos equipamentos e materiais elétricos) e assim por diante. Mas mesmo nestes casos é bastante frequente que, pelo fato das encomendas da IESA terem um período de maturação

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de médio a longo prazo -entre 2 a 4 anos; tais variações sejam atenuadas ou até mesmo completamente compensadas através de fórmulas de reajuste paramétricas previstas contratualmente.

Segmento de Construção e Montagem

Transporte Metroferroviário

A unidade industrial da IESA possui instalações adequadas para a fabricação de produtos metroferroviários e está qualificada para fornecer a seus clientes equipamentos rodantes, como modernização e reforma de TUE's (Trem Unidade Elétrica) para transporte de passageiros e fabricação de truques metro-ferroviários.

a) **Principais equipamentos/serviços fornecidos:**

- Modernização e Reforma de TUE's (Trem Unidade Elétrica)
- Recuperação de Infraestrutura
- Troca de Sistema de Freio
- Truques

b) **características do processo de produção:**

A área de transporte metroferroviário está capacitada para atender a todos os seguimentos do setor, tais como material rodantes e outros materiais rodantes que englobam basicamente a reforma de locomotivas, reforma de TUE's (Trem Unidade Elétrica) fabricação de truques para metrô, trens de passageiros e reforma de vagões de carga.

c) **características do processo de distribuição**

Não se aplica.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

d) características dos mercados de atuação

1. participação em cada um dos mercados
2. condição de competição nos mercados

e) eventual sazonalidade

Não se aplica.

f) principais insumos e matérias primas, informando:

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Devido à natureza dos produtos/serviços ofertados pela IESA mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A IESA utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo-benefício para a companhia.

Algumas parcerias são de longo prazo muitas vezes dado as exigências de nossos clientes como. Parcerias longas são estabelecidas, também, com fornecedores que possuem um bom histórico com a companhia, demonstrando comprometimento com o fornecimento o que gera o melhor custo-benefício da aquisição.

Nenhuma das relações mantidas com fornecedores da IESA é sujeita a controle ou regulamentação governamental, exceto concessionárias de serviços públicos.

1. eventual dependência de poucos fornecedores

A IESA não possui dependência de poucos fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade. Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um "Vendor List", aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de poucos fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

2. eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo no preço das "commodities" tipo minério de ferro (matéria-prima para fabricação do aço), cobre (matéria-prima de grande maioria dos equipamentos e materiais elétricos) e assim por diante. Mas mesmo nestes casos é bastante frequente que, pelo fato das encomendas da IESA terem um período de maturação de médio a longo prazo - entre 2 a 4 anos; tais variações sejam atenuadas ou até mesmo completamente compensadas através de fórmulas de reajuste paramétricas previstas contratualmente.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Segmento de Óleo & Gás

Constituída em março de 2005, a partir de ativos, acervo técnico e carteira de contratos da Divisão Óleo & Gás da Controladora Iesa – Projetos, Equipamentos e Montagens S/A, a IESA Óleo & Gás é, hoje, uma das mais importantes empresas brasileiras de engenharia, construção e montagem, com forte e sólida atuação no mercado de petróleo e gás. Graças ao trabalho competente e dedicado do seu corpo de colaboradores, o ano de 2007 reforçou a presença da Companhia no seleto rol das grandes empresas prestadoras de serviços na modalidade EPC (Engineering, Procurement and Construction) para as áreas de óleo, gás, química e petroquímica.

Esta classificação é fruto do esforço desenvolvido pela Companhia na busca da excelência na execução de suas atividades e se reflete nos bons resultados alcançados, tanto na satisfação de seus clientes quanto nos bons índices de performance em Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente. Além disso, por dispor de toda a estrutura fabril da Controladora em seu parque industrial de Araraquara-SP e das suas próprias instalações para produção e apoio às atividades *off shore*, localizadas em Macaé-RJ, a IESA Óleo & Gás se revela uma das poucas do mercado brasileiro capaz de fornecer aos seus clientes soluções completas – desde a engenharia até o comissionamento e operação assistida dos empreendimentos.

A IESA Óleo & Gás tem como Princípios e Valores Essenciais, o compromisso com a qualidade de seus serviços e produtos, o respeito profissional, internamente e com seus clientes, e o comprometimento com a imagem institucional da empresa. Como resultado, a Companhia alcançou num curto espaço de tempo um desenvolvimento empresarial consistente e auto-sustentado. Sua imagem institucional está plenamente consolidada e é reconhecida e respeitada em todo o mercado. Fruto deste esforço corporativo, os colaboradores da IESA Óleo & Gás estão efetivamente comprometidos e orgulhosos de pertencer ao quadro da Companhia.

a) características do processo de produção:

A IESA Óleo & Gás é uma empresa que incorpora a experiência de mais de cinco décadas no mercado de engenharia industrial no Brasil, com significativa presença em projetos do segmento de petróleo, focando permanentemente a utilização de tecnologias de ponta, sendo uma das empresas pioneiras na implantação de projetos da modalidade EPC (Engineering, Procurement e Construction) que fornece aos clientes uma solução integrada para seus empreendimentos.

A área de engenharia desenvolve os projetos utilizando-se das tecnologias mais modernas do mercado, destacando-se o conceito de maquete eletrônica 3D com emprego dos softwares PDS, PDMS e outros que permitem a integração das informações desde o projeto até a execução no campo, o uso de sistemas de administração de materiais e equipamentos ligados de forma automática à etapa de suprimento e diversos outros de planejamento, programação e controle de atividades.

O suprimento desenvolve e controla toda a interface com o mercado nacional e internacional na aquisição de bens e serviços para os projetos, desde a fase de procura até a entrega nos locais das obras,

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

passando pelas etapas adicionais de compra, inspeção diligenciamento e logística.

A área de construção é responsável pela construção civil e a montagem eletromecânica das plantas de processo, desde a implantação do canteiro de obras até a sua partida. São utilizadas no processo construtivo uma frota própria de equipamentos de construção e uma mão de obra treinada e preparada para a execução dos trabalhos. A construção trabalha intimamente ligada à engenharia e ao suprimento de materiais e equipamentos dos projetos buscando soluções otimizadas que agregam valores ao produto final entregue ao cliente.

Coordenando todas estas fases de um EPC a empresa dispõe de um grupo gerencial preparado para a gestão da implantação dos empreendimentos, empregando metodologia preconizada pelo PMI (Project Management Institute) e seguindo os diversos procedimentos corporativos existentes na área de qualidade, segurança, meio ambiente e saúde ocupacional. Esta área é responsável pela manutenção da certificação da empresa nas normas ISO 9001, NBR 14001 e OHSAS 18001.

b) características do processo de distribuição

Não se aplica.

c) características dos mercados de atuação

1. participação em cada um dos mercados
2. condição de competição nos mercados

d) eventual sazonalidade

Não se aplica.

e) principais insumos e matérias primas, informando:

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Devido à natureza dos serviços ofertados pela empresa mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A empresa utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo-benefício para a companhia.

Nenhuma das relações mantidas com fornecedores da IESA é sujeita a controle ou regulamentação governamental, exceto concessionárias de serviços públicos.

1. eventual dependência de poucos fornecedores

A IESA não possui dependência de poucos fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um “Vendor List”, aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de poucos fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

2. eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo no preço das “commodities” tipo minério de ferro (matéria-prima para fabricação do aço), cobre (matéria-prima de grande maioria dos equipamentos e materiais elétricos) e assim por diante. Mas mesmo nestes casos é bastante frequente que, pelo fato das encomendas da IESA terem um período de maturação de médio a longo prazo - entre 2 a 4 anos; tais variações sejam atenuadas ou até mesmo completamente compensadas através de fórmulas de reajuste paramétricas previstas contratualmente.

Principais produtos:

- Tubos de aço
- Perfis e estruturas metálicas

Serviços (Jobbing)

A Área de Serviços de Campo está pronta para auxiliar seus clientes em montagens industriais, reformas, modernização e repontenciamento de equipamentos, manutenção industrial e locação de guindastes de até 450 toneladas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a) **Principais equipamentos/serviços fornecidos:**

- Balanceamento de Rotor de Turbogenerador
- Balanceamento de Rotor de Turbina
- Repotenciamento de Máquinas
- Serviços de Montagens de Equipamentos
- Serviços de Montagens Industriais

b) **Características do processo de produção:**

A área de serviço de campo está pronta para auxiliar seus clientes em montagens industriais, reformas, modernização e repotenciamento de equipamentos, manutenção industrial e locação de guindastes de até 450 toneladas.

c) **Características do processo de distribuição**

Não aplicável.

d) **Características dos mercados de atuação**

1. Participação em cada um dos mercados
2. Condição de competição nos mercados

e) **Eventual sazonalidade**

Não se aplica.

f) **Principais insumos e matérias primas, informando:**

1. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Devido à natureza dos produtos ofertados pela IESA mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A IESA utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo-benefício para a companhia.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1. Eventual dependência de poucos fornecedores

A IESA não possui dependência de poucos fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade. Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um “Vendor List”, aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de poucos fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

2. Eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo, no preço das “commodities” (alumínio, petróleo - matéria prima do polipropileno e óleo isolante) ou da cotação da moeda americana (US\$), pois grande parte dos insumos são importados.

1.5 Principais clientes

Na atualidade não temos os nossos fornecimentos centralizados em um único cliente.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da Companhia e suas controladas e coligadas estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

A Companhia e suas controladas e coligadas procuram executar todas as suas atividades com a observância da legislação ambiental vigente, incluindo a obtenção das licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Inepar através de sua controlada Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A é parte de uma comunidade de empresas que não agride o meio ambiente dentro de sua atividade produtiva. E para criar uma cultura de respeito à natureza entre seus colaboradores nas suas unidades e em diversos empreendimentos, a empresa lançou a política ambiental.

Política Ambiental

A CONTROLADA IESA PROJETOS, RECONHECE A SUA RESPONSABILIDADE COM A QUALIDADE DE VIDA.

Por meio de suas ações proativas, mantendo sua tradição, a IESA reitera o seu compromisso com a preservação do Meio Ambiente, através da minimização dos

impactos ambientais decorrentes de seus processos, atendendo aos requisitos legais e outros requisitos assumidos pela organização.

Visando a Excelência Ambiental, a IESA compromete-se com a melhoria contínua de suas atividades, prevenindo a poluição e contribuindo ativamente para o desenvolvimento sustentável.

Através de:

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- execução de suas atividades, com aplicação dos recursos necessários visando a otimização do uso dos recursos naturais, energéticos e minimizando os riscos ambientais e ocupacionais;
- Melhoria contínua dos processos de SGA (Sistema de Gestão Ambiental), através da identificação e controle das fontes de geração de impacto e resíduos que possam afetar a qualidade ambiental;
- Melhoria contínua do desempenho de SGA (Sistema de Gestão Ambiental), através do gerenciamento das ações integrando os interesses dos colaboradores, acionista, clientes e fornecedores;
- Estrutura adequada para o estabelecimento e revisão dos objetivos e metas para o contrato;
- Transparência na condução e comunicação dos assuntos de Segurança, Meio ambiente e Saúde no trabalho, de interesse das comunidades, nas áreas de influência do empreendimento contratado;
- Comunicação a todos os funcionários, em todos os níveis, com o objetivo de conscientizá-los da importância do assunto;
- Periodicamente analisada criticamente, para garantir que esteja apropriada e pertinente à organização.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Não houve receitas relevantes provenientes do exterior no período.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A Companhia não está sujeita à regulação estrangeira.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com as suas atividades operacionais

Não há contratos relevantes a informar.

1.16 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:

Os comentários descritos a seguir, têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Inepar S/A – Indústria e Construções – Em recuperação Judicial que são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, plenamente convergentes com as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Mensagem da Administração sobre resultados, recuperação judicial e perspectivas futuras.

2022, ano eleitoral, ainda com resquícios da pandemia, mercado de infraestrutura ainda aguardando direcionamento político, regulatório e econômico, taxa de juros elevada, risco de inflação, volatilidade no câmbio e na bolsa de valores refletindo o “*mau humor*” de investidores e empresários. Mesmo com todas as adversidades, para o Grupo Inepar, 2022 foi o ano da retomada.

Através da nossa empresa IESA Projetos que atua na fabricação de equipamentos, partes e peças em nossa fábrica de Araraquara atendemos clientes como GE, Voith, CTG Brasil, Randon entre outros igualmente importantes. Destaque para os novos clientes deste ano: CTG Brasil e Randon.

O grande destaque foi marcado pelo redirecionamento da ENISA para prestação de serviços em Engenharia, Fornecimento, Construção e Montagem (EPC) com foco nos setores de O&G e Energia. Algumas importantes ações foram desenvolvidas em 2022: i) reunimos toda a competência das empresas do Grupo Inepar e alocamos os principais atestados e acervos técnicos na ENISA; ii) revisitamos e atualizamos o Plano de Integridade do Grupo Inepar e o implantamos na ENISA; iii) visitamos diretamente o mercado, sem intermediários, acessando clientes de grande porte; iv) no setor de O&G, antigas parcerias foram resgatadas, no setor de Energia novas parcerias foram formatadas; v) foram apresentadas propostas com valores significativos ao longo do ano – mais de R\$ 2,5 bilhões para prestação de serviços de EPC.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Já na Inepar Indústria e Construções, foi um ano marcado por situações delicadas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial. Ainda sem fluxo de caixa operacional robusto que sustente as despesas operacionais e as obrigações do PRJ, recorreremos à monetização de *claims* e ao levantamento de depósitos judiciais.

Em abril/2022, tivemos o leilão público para venda das UPIs O&G e Projetos, onde dois participantes apresentaram propostas, tendo a decretação de um vencedor que não concretizou o pagamento. O segundo proponente, Melville, reforçou seu interesse e apresentou uma petição ao juiz da RJ manifestando sua vontade de cobrir a oferta apresentada pelo primeiro proponente. Infelizmente, ainda estamos aguardando o desfecho com a concretização do pagamento.

Mesmo com todas as adversidades apresentadas, em novembro de 2022, o juiz da RJ decretou o fim da RJ do Grupo Inepar após quase 8 anos do seu início – para finalizar completamente ainda falta o trânsito em julgado.

2023, inicia-se turbulento e alvissareiro ao mesmo tempo. Turbulento pois as esferas política e econômica ainda estão desalinhadas ocasionando a postergação das decisões de investimentos. O Governo Federal sinalizou aumento dos gastos públicos contando com um igual crescimento da arrecadação fiscal. Este aumento de arrecadação terá que ser cumprido, caso contrário, desajuste na economia e, conseqüentemente atraso na decisão de novos investimentos. Daí a turbulência e, como nosso mercado demanda investimentos em infraestrutura, que por sua vez, necessita de ambiente regulatório, político e econômico estável, temos incertezas quanto a retomada do mercado.

Por outro lado, para embasar a nossa visão alvissareira, o Governo Federal vem anunciando a retomada de investimentos públicos em infraestrutura em conjunto com a iniciativa privada, principalmente nos setores de Energia, Transporte e Óleo & Gas (*Jornal Valor Economico – “Rascunho do Novo PAC anima setor privado” – 23/03/2023*). Adicionalmente, reforça a necessidade de fortalecer a indústria nacional, com aumento dos investimentos da Petrobras em novas fontes de energia e novos campos de petróleo.

Internamente, 2023 será um ano intenso pós RJ, marcado por: i) intensa atividade comercial para colocar novos projetos em carteira de modo que nosso fluxo de caixa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

operacional fique positivo; ii) renegociação com nossos principais credores; iii) intensificação das operações para monetização de claims e levantamento de depósitos judiciais; iv) manutenção da política de controle de custos e despesas.

Desempenho do exercício de 2022 e Principais Conquistas

1) Principais conquistas de 2022

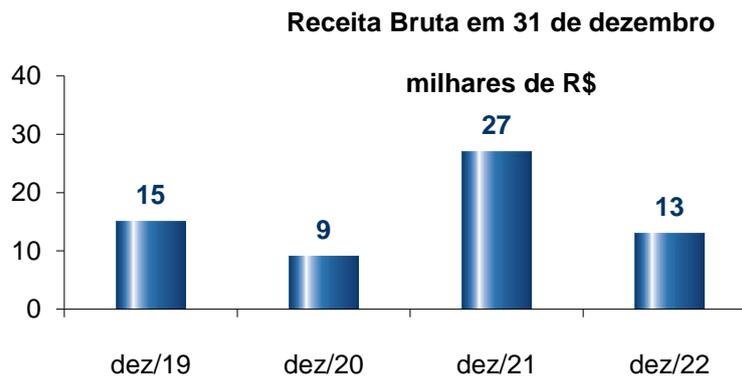
- Decisão Judicial em nov/22 do encerramento da Recuperação Judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao biênio de Fiscalização, e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão para os próximos meses;
- Após fechamento da Transação Tributária em dez/21, iniciou-se os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor;
- Leilão da UPI's IPM e IOG;
- ENISA se apresenta ao mercado como empresa de EPC, participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/lesa, voltando o foco para o seu mercado core de Energia e O&G principalmente;
- Prospecção de negócios que superaram os R\$ 3 bilhões em propostas; e
- Protocolo nos órgãos competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, o que esperamos ter aprovação no primeiro semestre de 2023, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região.

2) Desempenho do Exercício de 2022

Fontes de receita

As principais fontes de receita da Companhia são as áreas de prestações de serviços na fabricação de equipamentos para os segmentos de geração de energia, óleo e gás, entre outros. A Companhia reportou em 2022 uma receita bruta de R\$ 13,5 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2022 foram aproximadamente 50% inferiores ao mesmo período do ano anterior de 2021, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela Companhia no fechamento das licitações/pedidos por conta da nossa permanência na Recuperação Judicial.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



Resultado Econômico

O prejuízo acumulado da Companhia no exercício de 2022 foi de R\$ 366,5 milhões, enquanto que no mesmo período de 2021 foi apurado um lucro de R\$ 1.301 bilhões. O lucro do exercício de 2021 foi gerado principalmente pelo reconhecimento no resultado de claims com decisão transitada em julgado, e pelo acordo assinado com a PFGFN em dezembro de 2021, o que possibilitou obter descontos de até 70% do montante de juros, multas e encargos.

Já o prejuízo do exercício de 2022, se deveu, principalmente, em função das correções dos passivos financeiros, principalmente da dívida com o BNDES e Debêntures da 5a. emissão, bem como a correção do passivo tributário consolidado através da Transação Tributária, e outras contingências passivas o que representou um total de R\$ 294 milhões.

Além disso, o resultado bruto operacional foi negativo em R\$ 7,5 milhões devido, principalmente, ao baixo nível de receita auferido pela companhia e pelos reconhecimentos de custos complementares dos projetos que estão em fase de encerramento das empresas e consórcios que a controlada IESA Óleo & Gás detêm participação.

A carteira de pedidos apresenta uma evolução em comparação aos trimestres anteriores, conforme demonstrado abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



A empresa vem intensificando suas ações na área comercial e com substancial elevação na geração de propostas nas áreas de Óleo & Gás (Petrobras, outras operadoras-concessionárias e Consórcios Fornecedores de Ampliação e Modernização de plantas); Geração de Energia (oportunidades em reforma e modernização de usinas hidroelétricas) com abordagem direta aos clientes finais como Sistema Eletrobrás, Copel, EMAE, CTG, Spic, etc, bem como serviços em regime EPC em diversas áreas e na prestação de serviços industriais (fabricação de partes e peças) para clientes como Voith, GE Hydro, Nuclep, CTG, Randon, entre outros.

A Geração de propostas ultrapassou, nos dois últimos trimestres de 2022, a casa de R\$ 3.5 bilhões e apresenta resultados venda de equipamentos de unidade de Araraquara (Petrobras, Acelem, Nuclep, Iplan-Caramuru Alimentos e CIR – Uruguai, entre outros). Para as propostas em EPC's o período de avaliação e tomada de decisão destes segmentos é historicamente entre 4 a 8 meses e há grande estoque de ofertas em análise, possivelmente até em função do processo eleitoral de final de 2022.

Apresentamos a seguir uma PROJEÇÃO do Balanço Patrimonial de 31/12/2022 considerando os valores dos seguintes ativos: (i) monetizáveis compostos pelo FIDC, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC, (iii) Aproveitamento dos prejuízos fiscais para liquidação de até 70% dos valores da transação tributária, conforme Portaria da PGFN nº 6757 e Portaria nº RF nº 208, de 12 de agosto de 2022.

Nenhum destes pontos foram contabilizados no Balanço auditado, em que pese todos os custos relacionados a estes pontos foram devidamente computados

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e contabilizados.

Tal projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores, em relação às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas. Entendemos que este Balanço Gerencial, demonstra melhor a posição de ativos e passivos da Companhia, uma vez realizados, de forma conservadora, os ativos aqui indicados.

Balanço Gerencial Projetado

(Em milhares de reais)

ATIVO	Consolidado		
	Balanço Patrimonial	Balanço Projetado	
	31/12/2022	AJUSTES	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.919	-	1.919
Contas a receber de clientes	6.605	-	6.605
Títulos e valores mobiliários	9	-	9
Estoques	7.244	-	7.244
Impostos a recuperar	76.880	-	76.880
Dividendos a receber	14.796	-	14.796
Outros créditos	1.526	-	1.526
Total do Ativo Circulante	108.979	-	108.979
Não Circulante			
Contas a receber de clientes	133.999	-	133.999
Partes relacionadas	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	688	734.059	734.747
Impostos a recuperar	93.308	189.201	282.509
Depósitos judiciais	129.764	-	129.764
Outros créditos	6.579	1.211.321	1.217.900
Investimentos	243.011	-	243.011
Imobilizado	211.446	-	211.446
Intangível	392.259	-	392.259
Total do Ativo Não Circulante	1.211.054	2.134.581	3.345.635
Total do Ativo	1.320.033	2.134.581	3.454.614

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

PASSIVO	Consolidado		
	Balanco Patrimonial		Balanco Projetado
	31/12/2022	AJUSTES	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	64.619	-	64.619
Financiamentos e empréstimos	390.730	-	390.730
Debêntures	14.881	-	14.881
Salários e encargos sociais	96.658	-	96.658
Impostos e contribuições a recolher	291.740	(77.025)	214.715
Dividendos propostos	3.341	-	3.341
Adiantamentos de clientes	33.143	-	33.143
Títulos a pagar	101.406	-	101.406
Outras contas a pagar	217.123	-	217.123
Total do Passivo Circulante	1.213.641	(77.025)	1.136.616
Não Circulante			
Financiamentos e empréstimos	232.367	-	232.367
Debêntures	238.625	-	238.625
Impostos e contribuições a recolher	847.672	(608.168)	239.504
Partes relacionadas	116.328	-	116.328
Impostos diferidos	100.532	771.709	872.241
Provisão de custos e encargos	2.303	-	2.303
Provisão para contingências	163.205	-	163.205
Provisão para passivo a descoberto	9.760	-	9.760
Outras contas a pagar	16.253	-	16.253
Total do Passivo Não Circulante	1.727.045	163.541	1.890.586
Patrimônio Líquido			
Participação dos minoritários	3.124	-	3.124
Patrimônio líquido da controladora			
Capital social	495.461	-	495.461
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	-	(3.073)
Reserva de capital	180.292	-	180.292
Reserva de reavaliação	23.126	-	23.126
Debêntures perpétuas	263.503	-	263.503
Créditos quirografários a converter	16.914	-	16.914
Prejuízos acumulados	(3.445.620)	2.141.655	(1.303.965)
Ajuste de avaliação patrimonial	845.620	-	845.620
	(1.623.777)	2.141.655	517.878
Total do Patrimônio Líquido	(1.620.653)	2.141.655	521.002
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.320.033	2.228.171	3.548.204

Notas explicativas relativas ao Balanço Gerencial Projetado

01- No Balanço Patrimonial de 31/12/2022, a Companhia não registrou os valores totais dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade histórica de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço projetado da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes das Organizações Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos, no valor provável de recebimento de R\$ 1,490 bilhões, de um total em discussão de R\$ 2,250 bilhões, representando 65% de êxito, totalmente compatíveis com nossa média histórica.

02- As rubricas de impostos e contribuições a recolher tiveram uma redução em

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

razão da publicação da Portaria da PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Portaria RF 208, de 12 de agosto de 2022 as quais estabelecem que as empresas em recuperação judicial e que realizaram a transação tributária, possam abater o saldo devedor em até 70% com a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

03- Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários estão lançados os ativos aportados no FIDC Taranis-NP, também representados por aditivos contratuais em discussões jurídicas e administrativas.

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal qual como definidos pela legislação vigente.

As Companhias efetuaram um aporte no valor de R\$ 619,1 milhões, através dos créditos oriundos de processos judiciais em andamento, que hoje somam aproximadamente R\$ 1,256 bilhões. A monetização destes ativos tem sua eficácia comprovada historicamente acima de 60% e foram analisados e avaliados por empresas especializadas que acataram o valor de face com um desconto por eventuais insucessos, superior a 40%. Nossa expectativa de monetização destes claims é da ordem de R\$ 816 milhões ao longo dos próximos anos.

A Evolução do Plano de Recuperação Judicial

No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Dentro do contexto da recuperação,

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo Inepar/Iesa foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária.

- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos “non core” que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos “claims” em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

Vale salientar que 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada conforme demonstrado abaixo e que, a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente seus débitos:

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 29,50	R\$ 29,50	R\$ 147,20
Classe II	R\$ 28,20	Em discussão BNDES	R\$ 28,20	R\$ 199,50
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,70
Classe IV	-	R\$ 13,00	R\$ 13,00	R\$ 27,20
Total	R\$ 28,20	R\$ 42,50	R\$ 70,70	R\$ 2.367,60

Em 07/11/2022, a Companhia apresentou petição ao D. Juízo da Recuperação judicial demonstrando o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar, a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Neste cenário, em 17/11/2022 o D. Juízo da Recuperação Judicial reconheceu o cumprimento do Plano de Recuperação no período de fiscalização e proferiu a decisão de encerramento da Recuperação Judicial.

Vale destacar que, diante dos demais temas em curso no processo de Recuperação Judicial, temas estes essenciais para o efetivo soerguimento da empresa, foi interposto pelas Recuperandas Recurso de Apelação, a fim de que fosse reconhecido que (i) a competência do Juízo da Recuperação Judicial se estende até o trânsito em julgado da decisão de encerramento, bem como para que (ii) o Juízo aprecie e profira decisões sobre constrições do patrimônio das Recuperandas, que ainda não foram objeto de julgamento, e, ainda para que (iii) o Juízo prossiga, nos autos principais ou em incidente apartado, com a alienação, via expedição de novo Edital, do ativo UPI IPM IOG, alienação esta essencial para o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e das obrigações necessárias para a manutenção da atividade empresarial, cumprimento este que vai além do biênio adimplido.

Assim, feitos estes esclarecimentos, verifica-se o cenário atual das Recuperandas, sendo manifesto que (i) esta continua trabalhando para o deslinde de operações e reestrutura necessárias para seu efetivo soerguimento e que (ii) a Recuperação Judicial permitiu às Recuperandas adimplir e quitar passivo trabalhista superior a 230 milhões de reais, sendo livre de dúvidas a importância da manutenção da atividade empresarial desenvolvida pelas Recuperandas, eis que referida atividade é fonte de geração de empregos, arrecadação de impostos e movimentação de bens e serviços.

É certo que ainda se faz necessária reestruturação final, que demanda alienação de ativos em curso e readequação operacional, inclusive com o enquadramento da área de atuação antes e pós referida alienação, mas estas operações e reestruturações se encontram totalmente vinculadas, dependendo uma da outra, sendo certo que o deslinde destes temas trará o efetivo soerguimento.

Aproveitamento dos Atos para Alienação da UPI IPM / IOG

Transcorrido o prazo para comprovação do preço da aquisição da UPI IPM/IOG, e tendo a Melville Capital Group LLC novamente se manifestado pelo interesse na aquisição da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

UPI pelo preço da proposta vencedora, no valor de US\$ 153.000.000,00, conforme informado no fato relevante de 26/08/2022, a Companhia, por exercício de poder geral de cautela, apresentou petição (i) concordando com o aproveitamento da UPI, conforme requerido pela Melville, e ou (ii) abertura de novo processo competitivo de aquisição da UPI IPM / IOG.

O D. Juízo da Recuperação Judicial indeferiu a proposta da Melville com a justificativa que a requerente já havia tido oportunidade de participar do certame, inclusive na qualidade de *stalking horse*, e deixou deliberadamente de cumprir com as obrigações do Edital. Diante da decisão, a Inepar interpôs agravo, buscando autorização para abertura de novo processo de alienação, conforme previsão contida no plano de Recuperação Judicial, tendo tomado ciência que a Melville também apresentou recurso, buscando o aproveitamento do leilão já iniciado para aquisição da UPI.

O Recurso interposto pela Inepar está com julgamento suspenso em razão do trâmite do Recurso da Melville, que teve deferido o pleito de tutela antecipada para depósito judicial do valor do Preço da UPI IPM IOG, a fim de resguardar o direito de aquisição da UPI no processo de concorrência já iniciado, no caso de provimento de seu Recurso. Até o presente momento, a Melville teve os pedidos de prazo para pagamento deferidos, estando a Inepar no aguardo do deslinde do Recurso, já que a Companhia mantém seu interesse na venda destas UPI's como forma de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, com objetivo de liquidação das obrigações concursais, extraconcursais e necessárias a manutenção e soerguimento das atividades operacionais.

Da Continuidade das operações

Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

I- Operações que poderão ser realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação dos bens:

- a) Efetivação da alienação das ações da UPI IOG;
- b) Efetivação da alienação dos imóveis situados nos municípios de Magé e Charqueadas;e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- c) Efetivação da alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

II Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 1,212 bilhões, cuja expectativa de monetização é acima de R\$ 800 milhões. Tal expectativa se baseia no histórico acima de 60% de recuperação destes créditos pelas companhias, ao longo dos últimos anos.
- b) Estes créditos serão utilizados principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão e outros credores extraconcursais.

III Outras ações em andamento.

- a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC.

Estes ativos em discussão fora do FIDC, somam hoje aprox. R\$ 2,1 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 1,4 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 65%, dentro do histórico. Cabe frisar que por imposição das Normas Contábeis não é permitido provisionamento de ativos a monetizar e receber, e o balanço oficial não contempla nenhum valor para os mesmos.

Por se tratar de ativos em discussão judicial, não temos como precisar as datas de monetização, porém uma informação importante é que a maioria das discussões correntes gira em torno de 8 anos, e todos eles tem data de origem igual ou superior a 7 anos.

Temos percebido crescente interesse de Fundos nacionais e internacionais em discutir estruturas que possam antecipar resultados desses claims, o que deverá permitir à Companhia a monetização antecipada de recursos relativos aos mesmos.

- b) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes, conforme descrito nos esclarecimentos feitos no capítulo de desempenho.;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- c) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos;
- d) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ.
- e) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar o caixa das atividades.
- f) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020, através das Portarias PGFN 2.381/2021 e 9.917/2020, com homologação em dezembro/2021 e redução contábil do passivo tributário da ordem de R\$ 1,4 bilhões, bem como a adesão à Portaria PGFN 6757/2022 que permite o pagamento da dívida fiscal com a utilização do prejuízo fiscal acumulado em até 70%, o que deverá proporcionar um pagamento de aprox. R\$ 700 milhões.

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, a empresa terá condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e melhor habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

No curto prazo, a empresa tem como principal objetivo encerrar a sua recuperação judicial, bem como está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa.

No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas, e a introdução de novos produtos e sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a recuperação da economia brasileira permitem que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes no setor de infraestrutura.

b. estrutura de capital:

A mudança positiva na estrutura de capital da INEPAR poderá ser verificada com as alterações nas principais contas do ativo e passivo do balanço patrimonial do grupo nas demonstrações contábeis da INEPAR S/A Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A variação percentual apresentada, deve-se ao fato da redução do valor dos ativos em função da pequena atividade operacional da empresa.

Endividamento e total de ativos	2022	2021	2020
Em r\$ mil			
Endividamento financeiro de curto prazo	390.730	355.788	376.546
Endividamento financeiro de longo prazo	232.367	249.613	263.414
total	623.097	605.401	682.924
Total dos ativos	1.320.033	1.507.761	1.629.781
Proporção	47%	40%	42%

i. Hipótese de resgate

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula, observada as disposições legais.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A empresa ajuizou em 29/08/2014 pedido de recuperação judicial, tendo a aprovação ocorrida em 13 de maio de 2015 e adotou os procedimentos descritos no Plano de Recuperação Judicial para liquidação de seus compromissos.

Conforme já descrito nos itens anteriores a empresa efetuou diversas monetizações com o objetivo de cumprir com os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial.

Destacamos ainda a monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos “claims” em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além de recursos próprios, ou seja, gerado pela atividade operacional, a

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Companhia está cumprindo o programa de alienações de ativos previstos no Plano de Recuperação Judicial para gerar recursos necessários para cumprir as necessidades de capital de giro.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Conforme já descrito acima a Companhia está utilizando recursos de alienações de ativos para enfrentar possíveis deficiências de liquidez, bem como a monetização de ativos financeiros.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Endividamento financeiro de curto prazo	2022	2021	2020
Em r\$ mil			
Empréstimos e financiamentos	390.730	355.788	376.546
Debentures	14.881	13.907	42.964
(-)Caixa e equivalente de caixa	- 1.919	- 10.386	- 304
Total de curto prazo	403.692	359.309	419.206
Endividamento financeiro de longo prazo	2022	2021	2020
Em r\$ mil			
Empréstimos e financiamentos	232.367	249.613	263.414
Debentures	238.625	227.310	194.549
Total de longo prazo	470.992	476.923	457.963

Estão incluídos nas dívidas lançadas no curto prazo os valores que estão a vencer nos próximos 12 meses bem como os valores que a Companhia está negociando com os bancos credores. As dívidas correntes foram contraídas para utilização em capital de giro.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes (valores em R\$ mil)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As cláusulas e condições existentes nos contratos financeiros para fins de garantia não caracterizam restrições significativas que possam causar limitações na gestão da Companhia.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não existem limitações à utilização dos financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As alterações significativas nas demonstrações financeiras consolidadas foram:

Para melhor entendimento e maior facilidade de verificação por parte dos acionistas sobre as variações, reproduzimos abaixo resumo do demonstrativo de resultado destacando itens de maior importância, de forma analítica vertical e horizontal dos últimos três exercícios.

ANALISE VERTICAL (COMPARATIVA ANO/ANO ANTERIOR) - R\$ MIL	CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE CADA EXERCÍCIO								
	2022	V	H	2021	V	H	2020	V	H
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.722	100,00%	-56,03%	24.385	100,00%	-41,56%	7.681	100%	-73,10%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	-18.251	-170,22%	15,51%	-16.801	-64,80%	44,56%	-5.287	-68,83%	-45,81%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-7.529	-70,22%		8.584	35,20%		2.394	31,17%	
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	-358.719	-3345,64%	-128,02%	1.280.229	11940,21%	7,56%	-501.001	-6522,60%	33,04%
Gerais e Administrativas	-48.047	-448,12%	-47,41%	-91.366	-852,14%	-33,42%	-71.380	-929,31%	35,68%
Despesas com Vendas	-2.856	-26,64%	10,23%	-2.591	-24,17%	-33,83%	-2.512	-32,70%	-6,29%
Despesas Financeiras Líquidas	-284.347	-2652,00%	122,19%	-127.974	-1093,56%	75,50%	-230.388	-2999,45%	80,20%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-10.252	-95,62%	-100,68%	1503.149	14019,30%	-17,24%	-180.257	-2346,79%	23,84%
Equivalência Patrimonial	-13.217	-123,27%	1236,40%	-989	-9,22%	100,01%	-16.464	-214,35%	-68,99%
RESULTADO OPERACIONAL	-366.248	-3415,86%	-128,42%	1.288.813	12020,27%	7,51%	-498.607	-6491,43%	44,12%
RESULTADO ANTES DO IRPJ + CS	-366.248	-3415,86%	-128,42%	1.288.813	12020,27%	7,51%	-498.607	-6491,43%	44,12%
Prejuízo Líquido do Exercício	-366.566	-3418,82%	-128,16%	1.301.954	12142,83%	20,33%	-542.786	-7066,61%	44,64%

Apresentamos abaixo as principais variações nas contas patrimoniais:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em R\$ mil						
ATIVO	2022	H	2021	H	2020	H
CIRCULANTE	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
Caixa e equivalentes de caixa	1.919	-8152,32%	10.386	-47,13%	304	-77,83%
Clientes	6.605	4452,95%	4.570	270,26%	501.513	-11,03%
Títulos a receber	-	-	-	-	-	0,00%
Créditos de impostos	76.880	-268,35%	79.000	-3,96%	26.061	92,61%
Estoques	7.244	-1893,46%	8.936	-20,76%	5.832	-63,27%
Outros créditos	1.526	-7790,33%	6.906	-67,01%	15.165	96,98%
NÃO CIRCULANTE						
Clientes	133.999	904,78%	122.881	0,00%	482	-98,53%
Partes relacionadas	0	-10000,00%	14.011	-87,36%	8.579	-9,24%
Depósitos Judiciais	129.764	-5337,60%	278.320	100,23%	135.821	-3,18%
Outros créditos	6.579	-37,86%	6.604	7260,10%	29.146	-91,45%
PERMANENTE						
Investimento	243.011	-248,32%	249.199	-4,69%	248.282	0,67%
Imobilizado	211.446	-332,53%	218.719	-19,21%	220.419	-21,14%
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	64.619	-940,20%	71.325	-20,99%	91.369	14,22%
Financiamentos e empréstimos	390.730	982,10%	355.788	55,93%	376.546	22,65%
Salários e encargos sociais	143.612	-403,73%	149.654	-54,82%	187.614	13,51%
Impostos e contribuições a recolher	291.740	6560,99%	176.161	80,78%	1.395.465	29,12%
Provisão de custos e encargos			0	9,28%	126.297	-0,02%
Adiantamentos de clientes	33.143	-476,97%	34.803	-73,97%	38.735	0,03%
Títulos a pagar	101.406	-4155,68%	173.512	-73,97%	9.878	0,03%
Debêntures	14.881	700,37%	13.907	-64,30%	42.964	5,78%
Outras contas a pagar	169.869	23528,54%	50.664	16,22%	223.649	35,96%
PASSIVO						
NÃO CIRCULANTE						
Financiamentos e empréstimos	232.367	-690,91%	249.613	-11,07%	263.414	-3,65%
Impostos e contribuições a recolher	847.672	-553,13%	897.305	-19,74%	233.083	-18,32%
Provisão para contingências	163.205	4727,57%	110.816	67,32%	865.721	144,05%
Outras contas a pagar	1.293	1928,04%	1.084	135,65%	2.274	-89,96%

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Resultados operacional e financeiro

Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As principais fontes de receita da Companhia são as áreas de prestações de serviços na fabricação de equipamentos para os segmentos de geração de energia, óleo e gás, entre outros. A Companhia reportou em 2022 uma receita bruta de R\$ 13,5 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2022 foram aproximadamente 50% inferiores ao mesmo período do ano anterior de 2021, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela Companhia no fechamento das licitações/pedidos por conta da nossa permanência na Recuperação Judicial.

Consolidado Em 31 de dezembro de 2020	Geração / Equipamentos	Gás/ Modulos/ outros	Total
Receita bruta total	7.922	1.636	9.558
Impostos/Deduções	(1.572)		(1.572)
Custos dos Produtos e Serviços	(3.936)	(1.656)	(5.592)
Total	2.414	(20)	2.394

Consolidado Em 31 de dezembro de 2021	Geração / Equipamentos	Gás/ Modulos/ outros	Total
Receita bruta total	11.385	15.768	27.153
Impostos/Deduções	(2.670)	(98)	(2.768)
Custos dos Produtos e Serviços	(11.870)	(3.931)	(15.801)
Total	(3.155)	11.739	8.584

Consolidado Em 31 de dezembro de 2022	Geração / Equipamentos	Gás/ Modulos/ outros	Total
Receita bruta total	12.333	1.146	13.479
Impostos/Deduções	(2.713)	(44)	(2.757)
Custos dos Produtos e Serviços	(17.627)	(624)	(18.251)
Total	(8.007)	478	(7.529)

2.2 Resultados operacional e financeiro

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

A receita operacional bruta consolidada neste exercício atingiu o montante de R\$ 13,4 milhões contra R\$ 27,1 milhões no exercício de 2021, representando um decréscimo de aproximadamente 50 %. Este decréscimo as receitas da empresa estão relacionadas a não contratação de produtos a serem fabricados.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A variação da Receita Líquida nem sempre pode ser justificada por alterações de volumes, pois os produtos e serviços fornecidos por ela são altamente customizados, o que difere a precificação a cada novo projeto que participa. Ressaltamos que o nosso negócio de produção de bens de capital, segue uma lógica de apuração da receita diferente das de produtos de consumo que trabalha com linha de produção. No nosso caso atentamos primeiro na longevidade do ciclo produtivo e segundo, na clientela específica que requer produto com especificações únicas para o seu projeto.

Nos últimos três anos não houve introdução de novos produtos e serviços que causaram grandes variações de receitas.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O nível de inflação impacta a nossa precificação na medida em que o custo de insumos é afetado. Buscamos nos proteger das oscilações de preço de efeitos inflacionários através de cláusulas de reajuste de preços nos contratos que temos em carteira. Não podemos quantificar neste momento o impacto desse custo já que buscamos equilíbrio contratual junto aos clientes corrigindo sempre que possível às devidas altas inflacionária.

A variação cambial sobre insumos causa pouco impacto, pois nossa estrutura de custos é baseada em sua maioria em matérias-primas de origem nacional, onerando pouco o resultado.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inepar

S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para Opinião com Ressalva Limitação de Escopo de Auditoria

a) Confirmações Externas de Endividamento Bancário

Os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações. A Companhia realizou os procedimentos de confirmações externas de saldos junto às referidas instituições financeiras, contudo não foram recebidas a totalidade das respostas, em virtude das negociações em andamento. As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras, os quais serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

b) Investimentos em Controladas/Coligadas/Consórcios

As demonstrações financeiras auditadas das sociedades investidas e consórcios da IESA Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (RIG Oil & Gás Contractors Inc, QGI INC, Quebec e QGI Brasil e os consórcios UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás e Consórcio Caraguatatuba-UTGCA) e das investidas da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial (Cia Brasileira de Diques e FIDC Taranis), tomadas para avaliação dos investimentos, conforme descrito na nota explicativa “12”, cujas companhias não apresentaram as demonstrações financeiras auditadas até a presente data, o que nos impede de revisar tais operações, bem como opinar sobre sua adequação e

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

eventuais reflexos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza Relevante quando à Continuidade Operacional

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2022, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2022 as demonstrações financeiras apresentam resultado negativo de R\$ 366.566 mil, passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 1.104.662, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Ênfases

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Coisa Julgada em Matéria Tributária

Sem ressaltar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, os assessores jurídicos da Companhia estão analisando os processos judiciais já transitados em julgado e seus impactos perante as decisões do STF sobre tais questões.

Reconhecimento de Recebíveis

Conforme mencionado na nota explicativa “6”, foi registrado contabilmente, em 30 de junho de 2021, na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial e nas controladas: Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial, recebíveis (claims) no montante de R\$ 140.604 mil. Chamamos a atenção para o fato de que, neste exercício a companhia nos apresentou o teste de recuperabilidade desses ativos, baseado no atual andamento dos processos, e na firme posição dos assessores jurídicos quanto a sua recuperabilidade (realização), através da classificação da probabilidade de recebimento como “praticamente certo”, uma vez que todos os processos judiciais possuem trânsito em julgado a favor da Companhia. Todavia, temos incerteza apenas quanto ao prazo (momento) de recebimento desses valores, uma vez que dependem dos trâmites para as respectivas liquidações das sentenças judiciais.

Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa “21”, a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representa R\$ 1.358 mil, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais”, conforme disposto na nota explicativa “29”. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente, esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na elaboração de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, dessa forma, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além dos assuntos descritos no parágrafo de “ênfase”, entendemos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório:

a) Impairment dos ativos Imobilizado e Intangível

A companhia possui registrados nas rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível os montantes de R\$ 211.446 e R\$ 392.259 mil, respectivamente em seu consolidado. Os sucessivos prejuízos operacionais apurados pela Companhia indicam a possível necessidade de impairment desses ativos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Analisamos os laudos de avaliação contratados pela administração da Companhia e buscamos entendimento dos registros contábeis comparando o valor dos bens do ativo imobilizado com a recuperabilidade do valor apurado. Em nossas análises identificamos que os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão consistentes com as práticas de mercado.

b) Débitos Tributários

A companhia mantém débitos tributários reconhecidos da PGFN – Procuradoria

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Geral da Fazenda Nacional além de outros órgãos municipais e estaduais, porém, na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com isso, os parcelamentos existentes foram transferidos para esse novo Termo de Transação Individual, conforme detalhamento na nota explicativa “17”.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com base no termo de transação individual assinado entre PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, revisamos os valores gerais dessa operação, as respectivas reduções de juros e multas, os respectivos controles internos e os registros contábeis dos valores envolvidos. Referida transação gerou um ganho significativo para a companhia, sendo que nossos trabalhos revelaram que as condições, premissas e atualizações utilizadas estão consistentes com as práticas de mercado e contábil.

c) Contingências

A Companhia está envolvida em diversas demandas perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. A atual situação financeira da Companhia somada ao grau significativo de imprecisão inerente às estimativas e ao julgamento por parte da administração faz das contingências um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Foram enviadas cartas de circularização aos assessores jurídicos da Companhia, as quais analisamos todas as respostas recebidas do departamento jurídico interno e de terceiros contratados, avaliando as premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias. Nossas análises revelaram que as premissas utilizadas estão consistentes com a prática de mercado e contábil aceitas.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo,

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que, foram considerados como mais significativos da auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica

c. eventos ou operações não usuais

Não se aplica

2.5 Medições não contábeis

2.5 Medições não contábeis

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Não se aplica

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não se aplica

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não se aplica

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Foi peticionado ao Juiz da Recuperação Judicial em 07/11/2022, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Em 09/11/2022, a Inepar publicou 2 fatos relevantes, posicionando o mercado e seus acionistas a respeito da posição atual da Recuperação Judicial.

Em 17/11/2022 o Juiz da Recuperação Judicial deu decisão encerrando o processo de Recuperação Judicial, em função do total cumprimento das obrigações contidas no biênio de fiscalização.

A Inepar aguarda a finalização das negociações para alienação das UPI's IPM e IOG, de acordo com as últimas petições e protocoladas em juízo pela Melville, bem como a concretização de um empréstimo de R\$ 130 milhões em negociação com a Melville.

Em 06 de fevereiro de 2023, conforme Fato Relevante divulgado pela Inepar que a Melville Capital Group apresentou petição no Tribunal de Justiça de São Paulo para requerer a concessão de prazo adicional de 30 dias para a conclusão dos procedimentos necessários para o depósito do preço da UPI PM/IOG, no valor de US\$ 153 milhões de dólares americanos.

Além de requerer o prazo adicional de 30 dias, a Melville ainda informou na petição a possibilidade de realização de um DIP Financing às recuperandas no valor de R\$ 130 milhões de reais, a ser disponibilizado em até 20 dias.

Até a presente data, a Melville ainda não efetuou o referido depósito.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Destinação de resultados

Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

a. regras sobre retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício, definido no artigo 191, da Lei nº 6.404/76, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, reserva essa que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo primeiro do artigo 182, da Lei nº 6.404/76, exceder 30% (trinta por cento) do capital social.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Dos lucros remanescentes será pago aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco) por cento do lucro líquido, apurado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos serão distribuídos anualmente

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não se aplica

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não se aplica

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica

iii. contratos de construção não terminada

Não se aplica

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica

b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica

2.10 Planos de negócios

2.10 Planos de negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não se aplica

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não se aplica

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

2.10 Planos de negócios

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não se aplica

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não se aplica

3.1 Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

3.2 Acompanhamento das projeções

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. Ao emissor:

Principais riscos referentes à Companhia:

A INEPAR S/A Indústria e Construções é uma “*holding*” cujas empresas controladas e coligadas atuam no setor de óleo e gás, equipamentos pesados de hidrogeração, mineração e metro ferroviários. Atuando basicamente no setor de infraestrutura e produção de bens de capital, seus resultados poderão ser afetados por mudanças na política macroeconômica de investimentos públicos, tendo assim uma relação direta com o investimento público e o crescimento econômico do país.

As atividades industriais e de serviço das empresas da organização requerem além de mão de obra especializada, pesado investimento de capital, e está sujeito a riscos que são inerentes às operações de suas controladas e coligadas. Além disso, as atividades industriais estão sujeitas a um conjunto de fatores mercadológico e de políticas macroeconômicas que no geral, tem o potencial de afetar todos os setores da economia.

Portanto, a habilidade de gerar dividendos depende principalmente do resultado e dos fluxos operacionais de nossas controladas e coligadas.

Exposição a diversos setores industriais

A INEPAR por meio de suas controladas realiza industrialização, comercialização, projetos e fornecimento de bens de capital de equipamentos, sistemas e serviços destinados a diversos setores, como o de energia elétrica, óleo e gás, construção, siderurgia, mineração e metalurgia.

As atividades industriais e de serviço das empresas da organização requer além de mão de obra especializada, pesado investimento de capital, estando assim sujeita a riscos que são inerentes às operações de suas controladas e coligadas. Essas atividades industriais estão sujeitas a um conjunto de fatores mercadológicos e de políticas macroeconômicas governamentais que no geral, tem o potencial de afetar todos os setores da economia. Mais acentuadamente estamos suscetíveis aos desenvolvimentos no setor petrolífero e políticas de investimentos públicos para projetos de grande porte.

A cobertura de seguros da Companhia pode não ser suficiente para cobrir eventuais prejuízos em caso de interrupção de suas atividades.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. No entanto, a ocorrência de perdas ou demais responsabilidades que eventualmente não estejam cobertas por tais apólices ou que excedam os limites seguráveis destas apólices poderão acarretar custos adicionais não previstos, podendo nos afetar adversamente.

Dependência de alguns executivos da Companhia / retenção de talentos

O desempenho e sucesso da Companhia dependem, em parte, dos esforços e da capacidade da alta Administração. Alguns membros da administração são essenciais, especialmente em relação à definição e implementação de suas estratégias, desenvolvimento das operações e relacionamento com os clientes adquirentes de soluções complexas e de alta tecnologia. No evento de um desses membros deixar de exercer suas atividades, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso relevante em suas operações, o que poderá afetar seus resultados e condição financeira.

Riscos inerentes ao uso dos produtos (ex. refinarias, metroferroviários, etc)

A Companhia desenvolve serviços de construção, manutenção, montagem e assistência técnica para os setores de infraestrutura e industrial, em especial nas áreas de óleo e gás, química e petroquímica, siderurgia, mineração e metalurgia.

Muito embora os produtos sejam desenvolvidos com base em padrões técnicos específicos que garantem a segurança, na posterior utilização dos mesmos eventuais acidentes, má-utilização ou falhas de manutenção poderão gerar perdas econômicas para os clientes da Companhia. Caso seja constatada que a origem da perda é de responsabilidade da Companhia, pode gerar a correspondente obrigação de indenizar os danos causados. Além de despesas naturalmente acarretadas por danos, acordos ou custos de defesa, existe ainda a possibilidade de danos à imagem da Companhia por ações de responsabilidade civil.

Dependência de grandes investimentos de capital e despesas de manutenção

A INEPAR manteve ao longo dos anos, crescimento das receitas e resultados operacionais, focando no seu “core business” e alianças com parceiros estratégicos. O modelo de negócios da Companhia requer grande investimento de capital e sua estratégia de crescimento poderá demandar dispêndios de capital significativos em seus negócios e operações. O crescimento das operações das controladas tem exigido investimento de montantes significativos na implantação de sistemas de controles internos, e na expansão e adaptação dos nossos processos administrativos, de custos, operacionais e financeiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Se não obtiver caixa suficiente das suas operações, poderá ter capacidade limitada para obter o capital necessário para suportar futuras operações.

As condições das fontes de recursos disponíveis no mercado brasileiro podem não ser aceitáveis para a nossa estrutura. Muito embora as taxas de juros tenham diminuído acentuadamente nos últimos anos, ainda continuam em média acima dos países desenvolvidos, podendo ainda sofrer viés de alta. Sendo que parte da dívida está atrelada à taxa Selic, qualquer aumento resultaria num aumento nas despesas com juros e amortização, limitando a capacidade da Companhia de suportar as pressões competitivas, o que a tornaria mais suscetível aos desaquecimentos dos setores industriais nas quais atua, especialmente em óleo e gás. Na falta de acesso às linhas de crédito de mercado ou aumento no custo de financiamento além do nosso custo financeiro atual, inclusive devido à instalação de uma crise financeira, as operações da Companhia podem ser adversamente afetadas.

Se a Companhia não for capaz de gerar suficiente caixa através de suas operações ou obter recursos adicionais, poderá ser forçada a aplicar medidas contingenciais como reduzir ou atrasar seus desembolsos de capital, vender seus ativos ou reestruturar suas dívidas, sendo que qualquer um desses eventos poderia afetar adversamente seus negócios e sua situação financeira.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de taxas e índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para evitar oscilações da margem comercial das operações.

Atualmente grande parte da dívida bancária é de longo prazo com o BNDES e se encontram em negociações.

Quanto as dívidas tributárias a empresa têm aproveitado as oportunidades de refinanciamento dos passivos, através do programas refis e parcelamentos especiais para as empresas em recuperação judicial.

Além do risco de alta de juros no mercado, existe também o risco de não obtenção de capital adicional a custo efetivo menor, o que poderá onerar os resultados da Companhia no futuro.

b. A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

O grupo de controle pode ter interesses diferentes dos demais acionistas, podendo, independentemente do consentimento de outros acionistas, decidir sobre matérias:

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em 2020, aproximadamente 15% do capital da INEPAR era de titularidade da IAP (INEPAR Administração e Participações S.A.) cujos sócios são os fundadores da Companhia. Este acionista tem poderes suficientes para aprovar ou rejeitar matérias que, por lei ou por estatuto, deva ser submetida à deliberação dos acionistas, incluindo:

- a eleição e destituição da maioria dos membros do conselho de administração;
- a distribuição de dividendos;
- o estabelecimento de diretrizes e estratégias de negócio; e
- a aprovação de operações de fusão, cisão e incorporação e a venda de parte ou da totalidade de nossos ativos.

c. A seus acionistas

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários poderão limitar a capacidade de venda dos títulos da companhia nos preços e momentos desejados.

Atualmente, o mercado para a negociação de ações de emissão da INEPAR apresenta liquidez. Não podemos garantir que este mercado se desenvolverá para ser suficientemente ativo e líquido no futuro. Assim como todo o ativo de mercado, existe um risco inerente ao próprio ativo, como também um risco não sistemático, e os investidores poderão eventualmente enfrentar dificuldades para negociar com essas ações ou ser obrigados a negociar a preços diferentes daqueles que poderiam obter em um mercado com maior liquidez.

d. Às suas controladas e coligadas

Nossas parcerias podem não ser bem sucedidas em função de fatores diversos.

O mesmo risco inerente às operações das controladas se estende às suas parcerias e “*joint-ventures*” e não podemos assegurar que as operações dessas parcerias sejam bem sucedidas e produzirão os resultados esperado.

Os riscos relacionados às parcerias e “*joint-ventures*” incluem, dentre outros: (i) habilidade em manter um bom relacionamento com os parceiros (atuais e futuros); (ii) dificuldades financeiras dos parceiros, que poderão resultar na necessidade de investimentos adicionais de nossa parte; (iii) divergência de interesses econômicos e comerciais entre a Companhia e seus parceiros; (iv) responsabilização, em circunstâncias e condições específicas, pelas obrigações das empresas relacionadas, especialmente as de natureza tributária, trabalhista, ambiental e de defesa do consumidor; e (v) existência de passivos ocultos (não previamente

4.1 Descrição dos fatores de risco

identificados nas auditorias realizadas nas sociedades ou empreendimentos nos quais a Companhia vier a investir). A ocorrência de tais riscos poderá afetar o resultado estimado ou poderá resultar na perda de investimentos realizados em tais parcerias.

e. A seus fornecedores

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos:

A Companhia busca sempre efetivar aquisições de empresas já estabelecidas para evitar interrupção na qualidade e na entrega física. Dependemos de vários fornecedores-chaves para o desenvolvimento do nosso negócio, muitos dos quais mantemos relacionamentos estratégicos de longo prazo. Não obstante, no que tange a commodities como por exemplo o aço, a falta de suprimento ou delonga na entrega pode causar atraso na produção, nas entregas a nossos clientes e conseqüentemente impactar nos contratos e no resultado.

A Companhia não tem prática de especulação sendo que as aquisições, mesmo as de *commodity*, são efetuadas para suprir demanda gerada por contratos de venda. Portanto o risco para nossos fornecedores é restrito à realização dos contratos dentro dos termos e condições das aquisições. Riscos decorrentes de oscilações (aumento) no preço das *commodities* podem gerar efeitos negativos no custo dos produtos e no resultado da Companhia.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram constantemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços, e por vezes, utiliza-se de importações quando necessário, para diminuir e equilibrar o seu custo.

f. A seus clientes

As operações das empresas controladas tem seus faturamentos fortemente concentrado no setor de óleo e gás e projetos estatais de grande porte. Nesse sentido, dependem dos investimentos públicos, notadamente da Petrobras.

A solidez e tradição da nossa Companhia bem como o seu marcante desempenho no mercado brasileiro como uma entidade que garante o produto que industrializa, produzindo excelência tecnológica, faz com que clientes continuem a assumir contratos conosco, inclusive de portes cada vez maior.

Não obstante, pode haver risco comercial como interrupção temporária de contratos por falta de matéria-prima, greves e devido a fatores relevantes não conhecidos no momento.

g. Aos setores da economia nos quais o emissor atue

4.1 Descrição dos fatores de risco

As empresas controladas e coligadas atuam num segmento de alta concorrência, mas de acesso restrito devido ao alto nível de capital necessário, tecnologia avançada e principalmente, devido à estrutura imperfeitamente-competitiva (*oligopólio*) do segmento no mercado brasileiro, sendo que os maiores competidores são os grandes grupos na área de construção. Operamos num ambiente que está sujeito a mudanças de tecnologia e capital que visam diminuição dos custos de produção e portanto, a competitividade internacional é muito prevalente no segmento.

Recentemente observa-se a entrada de grandes conglomerados multinacionais, incluindo fabricantes de produtos substitutos, o que pode gerar efeitos adversos aos nossos negócios. E como o mercado em que atuamos é caracterizado por avanços tecnológicos constantes, existe risco de maior competitividade com tecnologia mais avançada que reduz o custo e conseqüentemente os preços, o que nos deixaria vulneráveis.

Não obstante, devido à estrutura da Companhia, seu know-how e penetração de mercado, consideramos que o risco que enfrentamos perante os vários setores da economia, tem sido superado pela gestão estratégica e visão de negócios dos controladores, produzindo sinergia e inovação perante clientes e mercado.

Uma queda substancial ou prolongada nos preços do óleo e gás natural pode nos afetar significativa e adversamente.

Por ter suas receitas fortemente concentradas no setor de óleo e gás, a lucratividade, acesso a capital e futura taxa de crescimento da Companhia serão influenciadas pelo preço que seus clientes receberem pela produção de óleo e gás natural. Historicamente, os mercados de óleo e gás natural tem sido voláteis e continuarão a ser voláteis no futuro. Os preços pagos pela produção e os níveis da mesma dependem de vários fatores além de nosso controle. Esses fatores incluem, dentre outros, os seguintes:

- alterações na oferta e demanda global de óleo e gás natural;
- atos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP);
- condições financeiras globais;
- condições políticas e econômicas, inclusive embargos, nos países produtores de petróleo países ou que afetem outros países;
- atividades produtoras de petróleo, especialmente no Oriente Médio, África, Rússia e América do Sul;
- nível da atividade global de exploração e produção de óleo e gás natural;
- níveis globais dos estoques de óleo e gás natural;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- condições climáticas e outros desastres naturais;
- avanços tecnológicos que afetem o consumo de energia;
- regulamentação governamental nacional e estrangeira;

h. A regulamentação dos setores em que o emissor atue

Nossas atividades estão sujeitas à regulamentação ambiental, de segurança e sanitária, a qual pode se tornar mais rígida no futuro e causar um aumento das responsabilidades e gastos de capital, inclusive indenização e multas por dano ambiental.

As atividades da Companhia e suas controladas estão sujeitas à legislação federal, estadual e municipal, a qual poderá se tornar mais restritiva nos próximos anos, especialmente no tocante ao meio-ambiente. Em relação à responsabilidade civil, as leis ambientais brasileiras adotam um regime de responsabilidade objetiva. De acordo com a legislação aplicável, não há limitação no montante da indenização devida em relação à responsabilidade ambiental, e se ficar impossibilitada de evitar ou reparar danos ambientais de modo integral, a Companhia poderá ser obrigada a suspender as operações ou ainda, a tomar medidas de cumprimento temporário até concluir o saneamento exigido.

Apesar de tomarmos todas as medidas previsíveis para operar dentro das normas estabelecidas, existe risco ambiental inerente nas nossas operações. Possíveis mudanças na legislação ou regulamentação ambiental podem causar aumento de despesas para o seu cumprimento. Além disso, sanções ou eventual pagamento de multas, podem reduzir os recursos disponíveis à Companhia para investimento e desenvolvimento e podem ter um efeito adverso significativo sobre seu negócio.

i. Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, pois a companhia atua, no momento, principalmente em território brasileiro.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 INDICAÇÃO DOS 5 (CINCO) PRINCIPAIS FATORES DE RISCO

Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Assim, é realizado constante monitoramento das mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia, através de acompanhamento dos principais indicadores de desempenho. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados no item "4.1".

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO

Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Assim, é realizado constante monitoramento das mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia, através de acompanhamento dos principais indicadores de desempenho. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados no item "4.1".

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº do Processo	Tipo		Probabilidade de Perda 1- Provável 2 - Possível	Valor
	Ativa / Passiva	Processo: (Fiscal, Trabalhista, Cível, Cobrança, Etc.)		
0818119-75.2014.8.12.0001	Passiva	Cível	2	182.408,00
0191394-49.2002.8.26.0577	Passiva	Cível	2	4.000.000,00
0820741-93.2015.8.12.0001	Passiva	Cível	2	34.046,24
0301604-39.2015.8.24.0070	Passiva	Cível	1	16.440,00
1036540-60.2019.8.26.0100	Passiva	Cível	2	27.488.020,83
0816327-86.2014.8.12.0001	Passiva	Cível	1	1.000,00
0831541-15.2017.8.12.0001	Passiva	Cível	2	91.841,64
1130023-42.2022.8.26.0100	Passiva	Cível	2	78.943,97
0030937-04.2012.8.07.0001	Passiva	Cível	2	5.739.282,03
0842427-10.2016.8.12.0001	Passiva	Cível	2	1.000,00
1042134-31.2014.8.26.0100	Passiva	Cível	1	9.163,61
0050892-35.2022.8.26.0100	Passiva	Cível	2	308.477,58
0813089-59.2014.8.12.0001	Passiva	Cível	2	1.000,00
0806349-46.2018.8.12.0001	Passiva	Cível	2	76.267,66
0730753-31.2017.8.07.0001	Passiva	Cível	2	176.354,78
0828832-46.2013.8.12.0001	Passiva	Cível	2	1.000,00
0010062-49.2003.8.26.0114	Passiva	Cível	2	436.158,42
0000060-80.2012.8.16.0179	Passiva	Cível	2	1.333.087,20
0019695-62.2022.8.26.0100	Passiva	Cível	1	159,85
0831633-95.2014.8.12.0001	Passiva	Cível	2	13.265,39
1111949-37.2022.8.26.0100	Passiva	Cível	2	21.833,12
0300039-62.2014.8.24.0074	Passiva	Cível	2	724,00
0714198-94.2021.8.07.0001	Passiva	Cível	2	9.603.235,18
0714198-94.2021.8.07.0001	Passiva	Cível	2	960.323,51
0719304-37.2021.8.07.0001	Passiva	Cível	2	2.864.611,11
0719304-37.2021.8.07.0001	Passiva	Cível	2	286.461,11
0719134-65.2021.8.07.0001	Passiva	Cível	2	2.461.311,93
0719134-65.2021.8.07.0001	Passiva	Cível	2	246.131,19
0269623-04.2019.8.19.0001	Passiva	Cível	2	16.185.000,00
0269623-04.2019.8.19.0001	Passiva	Cível	2	3.505.906,32
0719263-70.2021.8.07.0001	Passiva	Cível	2	2.427.719,90
0719263-70.2021.8.07.0001	Passiva	Cível	2	242.771,99
0083027-66.2010.8.16.0014	Passiva	Cível	2	1.966.502,73
646/2003 (0005585-05.2003.8.16.0035)	Passiva	Cível	2	34.337,12
980/2000 (0002366-86.2000.8.16.0035)	Passiva	Cível	2	48.778.718,85
0003800-88.2018.8.16.0000	Passiva	Cível	1	1.896,05
0150078-51.2010.8.26.0100	Passiva	Cível	1	10.000,00
0110856-76.2010.8.26.0100	Passiva	Cível	1	912.443,91
0019715-67.2009.8.26.0566	Passiva	Cível	1	53.400,00
0001492-85.2017.8.26.0566	Passiva	Cível	1	370.000,00
0000232-79.2020.5.09.0084	Passiva	TRABALHISTA	1	65.218,66
0000148-69.2021.5.09.0011	Passiva	TRABALHISTA	2	748.851,55
0000224-08.2021.5.09.0007	Passiva	TRABALHISTA	2	2.947,80
0010704-97.2019.5.15.0023	Passiva	TRABALHISTA	1	27.428,24
1002263-67.2017.5.02.0080	Passiva	TRABALHISTA	1	88.091,01
0000900-43.2017.5.09.0088	Passiva	TRABALHISTA	1	38.000,00
0001821-46.2017.5.09.0041	Passiva	TRABALHISTA	1	50.000,00
0000829-78.2017.5.09.0011	Passiva	TRABALHISTA	1	50.000,00
0000702-84.2020.5.09.0028	Passiva	TRABALHISTA	1	379.012,34
0001302-76.2017.5.09.0007	Passiva	TRABALHISTA	1	523.531,58
0262300-58.2005.5.09.0003	Passiva	TRABALHISTA	1	11.000,00
0000832-79.2017.5.09.0028	Passiva	TRABALHISTA	1	133.796,02
0000855-48.2012.5.15.0023	Passiva	TRABALHISTA	1	256.589,39
0002150-53.2014.5.02.0075	Passiva	TRABALHISTA	1	305.613,84
0266300-09.2002.5.09.0003	Passiva	TRABALHISTA	1	50.000,00
2243300-10.2002.5.09.0014	Passiva	TRABALHISTA	1	20.000,00
0210600-88.2005.5.07.0006	Passiva	TRABALHISTA	1	162.659,00
2177700-12.2001.5.09.0003	Passiva	TRABALHISTA	1	25.000,00

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº do Processo	Tipo		Probabilidade de Perda 1- Provável 2 - Possível	Valor
	Ativa / Passiva	Processo: (Fiscal, Trabalhista, Cível, Cobrança, Etc.)		
2063500-89.2001.5.09.0003	Passiva	TRABALHISTA	1	50.000,00
0000221-04.2021.5.09.0088	Passiva	TRABALHISTA	1	89.940,23
0059600-91.2003.5.03.0048	Passiva	TRABALHISTA	1	338.734,40
0010229-44.2016.5.09.0014	Passiva	TRABALHISTA	1	40.000,00
0071800-67.2006.5.01.0247	Passiva	TRABALHISTA	1	1.315.738,94
0057800-93.2002.5.09.0016	Passiva	TRABALHISTA	1	337.183,41
0033900-47.2002.5.05.0022	Passiva	TRABALHISTA	1	2.500,00
1044888-67.2019.8.26.0100	Passiva	Cível	2	19.398.879,11
1090574-14.2021.8.26.0100	Passiva	Cível	1	9.240.311,90
1117137-79.2020.8.26.0100	Passiva	Cível	1	13.019.479,20
00467-2001 (0001035-40.2001.8.16.000	Passiva	Cível	2	1.747.075,94
0000735-97.2021.5.09.0009	Passiva	Trabalhista	1	69.195,06
01289000-102005.5.02.0013	Passiva	Trabalhista	1	439.543,15
0001977-32.2014.5.09.0011	Passiva	Trabalhista	1	193.645,24
0592700-15.2001.5.09.0005	Passiva	Trabalhista	1	162.913,90
0593500-37.2001.5.09.0007	Passiva	Trabalhista	1	132.011,39
0981400-40.2005.5.09.0008	Passiva	Trabalhista	1	79.255,36
0010436-19.2014.5.15.0023	Passiva	Trabalhista	1	37.289,54
0000478-94.2010.5.02.0254	Passiva	Trabalhista	1	32.502,01
0059300-32.2003.5.03.0048	Passiva	Trabalhista	1	92.693,63
0728100-43.1997.5.09.0004	Passiva	Trabalhista	1	960.597,41
0590000-72.1997.5.09.0016	Passiva	Trabalhista	1	5.830.179,97
1356100-16.2002.5.09.0008	Passiva	Trabalhista	1	2.632.758,33
0000538-48.2021.5.09.0008	Passiva	Trabalhista	2	2.632.758,33
0000506-43.2021.5.09.0008	Passiva	Trabalhista	1	2.632.758,33
1611500-60.2005.5.09.0029	Passiva	Trabalhista	1	382.653,50
0067900-94.1991.5.01.0023	Passiva	Trabalhista	1	140.879,20
0009700-58.1997.5.05.0222	Passiva	Trabalhista	1	32.616,84
0016400-57.2001.5.09.0009	Passiva	Trabalhista	1	129.769,78
1727300-86.1997.5.09.0007	Passiva	Trabalhista	1	416.688,75
0001767-61.2015.5.09.0652	Passiva	TRABALHISTA	1	5.288,81
2025800-43.2001.5.09.0015	Passiva	Trabalhista	1	437.500,94
0000510-59.2021.5.09.0015	Passiva	Trabalhista	1	437.500,94
0000538-27.2021.5.09.0015	Passiva	Trabalhista	1	437.500,94
0000515-81.2021.5.09.0015	Passiva	Trabalhista	2	437.500,94
0002020-87.2014.5.09.0004	Passiva	Trabalhista	1	311.539,80
0010569-46.1021.5.15.0078	Passiva	Trabalhista	2	4.149,78
0000354-69.2014.5.15.0138	Passiva	Trabalhista	1	616.343,64
0001241-81.2018.5.09.0008	Passiva	Trabalhista	2	24.869,64
1683100-61.2001.5.09.0004	Passiva	Trabalhista	1	25.520,28
0111000-33.2002.5.05.0531	Passiva	Trabalhista	2	7.385,12
0126200-76.1998.5.05.0222	Passiva	Trabalhista	1	12.624,37
0024600-25.2007.5.09.0015	Passiva	Trabalhista	1	718.892,02
1751700-60.2003.5.09.0006	Passiva	Trabalhista	1	22.684,27
0001777-15.2015.5.02.0066	Passiva	Trabalhista	1	164.273,63
0000051-42.2015.5.09.0088	Passiva	Trabalhista	2	44.982,18
0011091-63.2016.5.15.0138	Passiva	Trabalhista	2	40.000,00
0020300-08.2006.5.15.0138	Passiva	Trabalhista	2	50.000,00
0006938-13.2006.8.16.0185 - 138386/2006	Passiva	Tributário	2	13.341,57
0007312-34.2003.8.16.0185 - 136404/2003	Passiva	Tributário	2	373.298,71
0009277-13.2004.8.16.0185 - 02737988-5	Passiva	Tributário	2	6.176.930,71
0007205-04.2010.8.16.0004 - 02949252-2 / 02949253-0 / 2949254-9	Passiva	Tributário	2	15.296.685,54
0006919-07.2006.8.16.0185 - 02812532-1 (139384/2006)	Passiva	Tributário	2	65.437.422,91
0003631-59.2012.8.16.0179	Passiva	Tributário	1	52.262,20
0015510-21.2007.8.16.0185	Passiva	Tributário	2	1.205,42
0016432-67.2004.8.16.0185	Passiva	Tributário	2	1.912,85
0004414-43.2006.8.16.0185	Passiva	Tributário	2	46.828,77
0010241-35.2006.8.16.0185	Passiva	Tributário	2	140.513,69
0010487-31.2006.8.16.0185	Passiva	Tributário	2	460.579,23
0004448-71.2013.8.16.0185	Passiva	Tributário	2	1.371.131,49
0013389-10.2013.8.16.0185	Passiva	Tributário	2	36.551.611,24
19515.722809/2012-66	Passiva	Tributário	2	172.551,17
19515.722808/2012-11	Passiva	Tributário	2	109.678.283,25
0214225-91.9300.8.26.0090	Passiva	Tributário	2	45.622,30
19515.721884/2011-29 / 19515.720989/2013-22	Passiva	Tributário	2	192.126.755,21
01.007.519.01/00	Passiva	Tributário	1	2.497,24
0011026-18.2014.4.03.6100	Passiva	Tributário	1	248.684,15
0040098-95.2014.4.03.6182	Passiva	Tributário	1	46.344,96
0059085-82.2014.4.03.6182	Passiva	Tributário	1	1.270.587,32

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº do Processo	Tipo		Probabilidade de Perda 1- Provável 2 - Possível	Valor
	Ativa / Passiva	Processo: (Fiscal, Trabalhista, Cível, Cobrança, Etc.)		
0004858-29.2016.4.03.6100	Passiva	Tributário	1	24.363,57
0009820-09.2017.4.03.6182	Passiva	Tributário	1	17.850,25
5003517-54.2018.4.03.6182	Passiva	Tributário	1	36.235,57
5024116-21.2019.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	32.461,28
1505651-38.2016.8.26.0014	Passiva	Tributário	1	61.090,21
1017564-68.2017.8.26.0037	Passiva	Tributário	1	230.274,38
1503122-11.2015.8.26.0037	Passiva	Tributário	1	237,44
1517698-38.2017.8.26.0037	Passiva	Tributário	1	124,27
1582516-68.2016.8.26.0090	Passiva	Tributário	1	2.339.086,60
0800774-40.2022.8.04.0001	Passiva	Tributário	2	14.389,39
5002643-64.2021.4.03.6182	Passiva	Tributário	1	21.484,06
0514015-30.2005.8.26.0037	Passiva	Tributário	1	249.576,49
1576063-81.2021.8.26.0090	Passiva	Tributário	1	4.039,68
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	41.094,90
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	16.223,12
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	8.680,47
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	76.514,38
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	78.407,78
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	13.354,54
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	16.321,78
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	1.310,00
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	154.525,95
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	129.531,54
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	1.539,43
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	1.145,02
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	663,40
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	16.086,19
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	37.935,36
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	51.835,18
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	37.855,86
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	103.526,28
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	188.229,60
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	39.611,36
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	70.960,66
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	64.333,22
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	75.218,55
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	78.939,33
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	744,26

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº do Processo	Tipo		Probabilidade de Perda 1- Provável 2 - Possível	Valor
	Ativa / Passiva	Processo: (Fiscal, Trabalhista, Cível, Cobrança, Etc.)		
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	21.950,82
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	52.942,35
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	12.084,68
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	232,04
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	59.288,19
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	93.066,63
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	43.546,09
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	33.480,61
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	12.705,25
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	18.748,58
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	2.368,32
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	63.401,66
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	6.046,10
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	336,16
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	27.323,40
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	55.616,95
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	373,30
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	574,32
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	22.048,74
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	6.081,02
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	1.020,66
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	113.627,68
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	93.441,31
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	626,79
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	45.401,94
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	517,18
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	13.243,28
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	31.820,86
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	31.102,22
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	2.618,37
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	17.966,07
5058767-74.2022.4.04.7000	Passiva	Tributário	1	407,42
10880.906.669/2011-63	Passiva	Tributário	1	6.599,84
10880.921.774/2013-94	Passiva	Tributário	1	119.170,60
10880.921.775/2013-39	Passiva	Tributário	1	98.298,25
10880.921.776/2013-83	Passiva	Tributário	1	49.146,00
10880.921.777/2013-28	Passiva	Tributário	1	104.053,70
10880.921.778/2013-72	Passiva	Tributário	1	35.361,66

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº do Processo	Tipo		Probabilidade de Perda 1- Provável 2 - Possível	Valor
	Ativa / Passiva	Processo: (Fiscal, Trabalhista, Cível, Cobrança, Etc.)		
10880.921.779/2013-17	Passiva	Tributário	1	156.051,21
10880.921.780/2013-41	Passiva	Tributário	1	34.949,37
10880.921.781/2013-96	Passiva	Tributário	1	20.897,51
10880.921.782/2013-31	Passiva	Tributário	1	188.974,63
10880.921.783/2013-85	Passiva	Tributário	1	17.163,35
10880.921.784/2013-20	Passiva	Tributário	1	11.179,21
10880.921.785/2013-74	Passiva	Tributário	1	5.982,13
10880.921.786/2013-19	Passiva	Tributário	1	70.478,77
10880.921.787/2013-63	Passiva	Tributário	1	14.582,23
10880.921.788/2013-16	Passiva	Tributário	1	32.985,49
10880.921.789/2013-52	Passiva	Tributário	1	102.602,01
10880.933.875/2014-99	Passiva	Tributário	1	156.006,23
10880.933.876/2014-33	Passiva	Tributário	1	23.918,47
10880.933.877/2014-88	Passiva	Tributário	1	185.830,59
10880.933.878/2014-22	Passiva	Tributário	1	99.531,11
10880.933.879/2014-77	Passiva	Tributário	1	42.683,07
10880.933.880/2014-00	Passiva	Tributário	1	944,29
10880.933.882/2014-91	Passiva	Tributário	1	15.279,67
10880.933.883/2014-35	Passiva	Tributário	1	179.585,35
10880.933.884/2014-80	Passiva	Tributário	1	89.609,92
10880.933.885/2014-24	Passiva	Tributário	1	251.729,49
10880.933.886/2014-79	Passiva	Tributário	1	32.889,83
10880.933.887/2014-13	Passiva	Tributário	1	23.603,48
10880.933.888/2014-68	Passiva	Tributário	1	70.991,00
10880.933.889/2014-11	Passiva	Tributário	1	15.908,70
10880.933.890/2014-37	Passiva	Tributário	1	60.846,18
10880.933.891/2014-81	Passiva	Tributário	1	105.843,30
10880.933.892/2014-26	Passiva	Tributário	1	21.624,12
10880.933.893/2014-71	Passiva	Tributário	1	71.443,87
10880.933.894/2014-15	Passiva	Tributário	1	118.529,81
10880.940.046/2012-09	Passiva	Tributário	1	17.302,64
10880.940.047/2012-45	Passiva	Tributário	1	90.233,35
10880.940.048/2012-90	Passiva	Tributário	1	240.980,94
10880.940.049/2012-34	Passiva	Tributário	1	44.964,18
10880.940.050/2012-69	Passiva	Tributário	1	96.327,56
10880.658.166/2011-76	Passiva	Tributário	2	323.447,86
10880.658.167/2011-11	Passiva	Tributário	2	10.022,69
10880.658.168/2011-65	Passiva	Tributário	2	216.637,13

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº do Processo	Tipo		Probabilidade de Perda 1- Provável 2 - Possível	Valor
	Ativa / Passiva	Processo: (Fiscal, Trabalhista, Cível, Cobrança, Etc.)		
10880.913.560/2014-25	Passiva	Tributário	1	19.802,39
10880.913.561/2014-70	Passiva	Tributário	1	6.153,38
10880.913.562/2014-14	Passiva	Tributário	1	29.527,69
10880.913.563/2014-69	Passiva	Tributário	1	167.602,28
10880.913.564/2014-11	Passiva	Tributário	1	12.174,56
10880.913.565/2014-58	Passiva	Tributário	1	13.015,62
10880.913.566/2014-01	Passiva	Tributário	1	484.875,00
10880.913.567/2014-47	Passiva	Tributário	1	53.427,49
10880.913.568/2014-91	Passiva	Tributário	1	118.503,24
10880.913.569/2014-36	Passiva	Tributário	1	51.352,00
10880.913.570/2014-61	Passiva	Tributário	1	34.441,14
10880.913.571/2014-13	Passiva	Tributário	1	111.539,33
10880.913.572/2014-50	Passiva	Tributário	1	27.502,66
10880.913.573/2014-02	Passiva	Tributário	1	8.229,70
10880.913.574/2014-49	Passiva	Tributário	1	121.560,33
10880.913.575/2014-93	Passiva	Tributário	1	30.677,77
10880.913.576/2014-38	Passiva	Tributário	1	107.363,52
10880.913.577/2014-82	Passiva	Tributário	1	25.849,20
10880.913.578/2014-27	Passiva	Tributário	1	13.799,18
10880.913.579/2014-71	Passiva	Tributário	1	205.336,44
10880.913.580/2014-04	Passiva	Tributário	1	34.708,32
10880.913.581/2014-41	Passiva	Tributário	1	94.744,85
10880.913.582/2014-95	Passiva	Tributário	1	19.568,39
10880.913.583/2014-30	Passiva	Tributário	1	408.554,46
10880.913.584/2014-84	Passiva	Tributário	1	240.902,65
10880.913.585/2014-29	Passiva	Tributário	1	6.163,85
10880.913.586/2014-73	Passiva	Tributário	1	3.586,21
10880.913.587/2014-18	Passiva	Tributário	1	134.422,90
10880.913.588/2014-62	Passiva	Tributário	1	11.424,21
10880.913.589/2014-15	Passiva	Tributário	1	5.138,50
10880.913.590/2014-31	Passiva	Tributário	1	99.989,33
10880.913.591/2014-86	Passiva	Tributário	1	3.648,21
10880.913.592/2014-21	Passiva	Tributário	1	3.593,01
10880.913.593/2014-75	Passiva	Tributário	1	128.025,14
10880.913.594/2014-10	Passiva	Tributário	1	27.105,09
10880.913.595/2014-64	Passiva	Tributário	1	31.408,53
11080.732.419/2017-54	Passiva	Tributário	1	681.712,35
11624.720.093/2018-17	Passiva	Tributário	2	36.285.129,74

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº do Processo	Tipo		Probabilidade de Perda 1- Provável 2 - Possível	Valor
	Ativa / Passiva	Processo: (Fiscal, Trabalhista, Cível, Cobrança, Etc.)		
10880.921.761/2013-15	Passiva	Tributário	1	15.712,13
10880.921.769/2013-81	Passiva	Tributário	1	27.605,36
10880 921763/2013-12	Passiva	Tributário	1	33.051,48
10880 921764/2013-59	Passiva	Tributário	1	41.905,14
10880 921767/2013-92	Passiva	Tributário	1	48.250,66
10880 921772/2013-03	Passiva	Tributário	1	48.415,37
10880 921766/2013-48	Passiva	Tributário	1	54.002,26
10880 921773/2013-40	Passiva	Tributário	1	61.034,46
10880 921771/2013-51	Passiva	Tributário	1	83.930,02
10880 907878/2013-96	Passiva	Tributário	1	95.812,78
10880 921762/2013-60	Passiva	Tributário	1	101.589,62
10880 921768/2013-37	Passiva	Tributário	1	79.358,96
10880 921765/2013-01	Passiva	Tributário	1	198.267,43
10880 921760/2013-71	Passiva	Tributário	1	3.606,78
10880 921770/2013-14	Passiva	Tributário	1	13.413,50

679.446.660,48

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	32.620	636.098	110.816	865.721
Adições/Baixas	-	- 603.478	-	- 754.905
Saldo Final	32.620	32.620	110.816	110.816

	31/03/2022		31/12/2021		31/03/2022		31/12/2021	
	CONTROLADORA		CONTROLADORA		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	1.433	23.227	1.433	23.227	124.416	64.772	124.416	64.772
Tributárias	290.033	3.904	290.033	3.904	374.236	21.485	374.236	21.485
Cíveis	142.944	5.489	142.944	5.489	292.794	24.008	292.794	24.008
Outras	-	-	-	-	-	551	-	551
	434.410	32.620	434.410	32.620	791.446	110.816	791.446	110.816

Trabalhistas: Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$ 124.416 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias: Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercício também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN.

Cíveis: Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 Processos sigilosos relevantes

Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos item 4.4 , analisar o impacto em caso de perda e informar valores envolvidos.

A Companhia e suas controladas não são parte em nenhum processo sigiloso. Todos os processos relevantes foram descritos na seção 4.4 deste formulário.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

A Companhia não possui outras contingências relevantes além daquelas listadas nos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Não se aplica.

5.2 Descrição dos controles internos

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Não houve alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5.3 Programa de integridade

5.4 Programa de integridade

Todas as informações foram descritas nos tópicos acima.

5.4 Alterações significativas

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Todas as informações relevantes foram descritas nos tópicos anteriores.

5.5 Outras informações relevantes

5.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Todas as informações relevantes foram descritas nos tópicos acima.

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	

AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:

0	0,000	0	0,000	0	0,000
---	-------	---	-------	---	-------

COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL S/A.

33.042.730/0001-04	Brasil			22/02/2019	
1.325.892	5,511	142.160	1,126	1.468.052	4,002
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

DELFT ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A

07.092.327/0001-80	Brasil			08/11/2004	
481.239	2,000	0	0,000	481.239	1,312
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FABIO ROBERTO BAUMFELD ISAACK						
018.042.137-99	Brasil			22/02/2019		
0	0,000	459.065	3,636	459.065	1,251	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
INEPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.						
45.542.602/0001-09	Brasil		Sim	22/02/2019		
4.215.056	17,520	192	0,002	4.215.248	11,490	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
INSA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA						
77.082.626/0001-19	Brasil			25/08/2001		
424.376	1,764	0	0,000	424.376	1,157	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MDC ASSESSORIA EMPRESARIAL S/A					
08.608.615/0001-07	Brasil			22/02/2019	
1.162.308	4,831	260.952	2,067	1.423.260	3,880
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
METROELETRÔ S/A					
05.458.263/0001-62	Brasil			12/12/2002	
108.015	0,449	0	0,000	108.015	0,294
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
13.147.337	54,646	11.133.463	88,170	24.280.800	66,185

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PACTA - GESTÃO EMPRESARIAL S.A.						
25.173.155/0001-50	Brasil			22/02/2019		
2.439.232	10,139	0	0,000	2.439.232	6,649	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
QUIP S/A						
07.211.747/0001-38	Brasil			26/01/2005		
755.588	3,141	0	0,000	755.588	2,060	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROBERTO VEIGA HINRICSHSEN						
263.660.438-33	Brasil			22/02/2019		
0	0,000	631.400	5,000	631.400	1,721	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
24.059.043	65,581	12.627.232	34,419	36.686.275	100,000	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INEPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.				45.542.602/0001-09		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
ATILANO DE OMS SOBRINHO						
000.848.409-00	Brasil		Sim	30/04/2012		
15.806.973	26,282	0	0,000	15.806.973	26,282	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CESAR ROMEU FIEDLER						
274.914.719-00	Brasil			24/05/2023		
4.211.579	7,002	0	0,000	4.211.579	7,002	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INEPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.				45.542.602/0001-09		
DI MARCO POZZO						
001.621.089-15	Brasil			24/05/2023		
2.402.163	3,994	0	0,000	2.402.163	3,994	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
INSA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA						
77.082.626/0001-19	Brasil			08/10/2012		
4.287.684	7,129	0	0,000	4.287.684	7,129	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
NATAL BRESSAN						
006.372.899-00	Brasil			30/04/2012		
4.211.579	7,002	0	0,000	4.211.579	7,002	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INEPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.				45.542.602/0001-09		
12.031.072	20,004	0	0,000	12.031.072	20,004	
TARADELL PARTICIPAÇÕES S.A.						
06.024.115/0001-00	Brasil			30/04/2012		
15.693.147	26,093	0	0,000	15.693.147	26,093	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
60.144.197	100,000	0	0,000	60.144.197	100,000	
VALDIR LIMA CARREIRO						
317.473.969-15	Brasil			24/05/2023		
1.500.000	2,494	0	0,000	1.500.000	2,494	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INSA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA				77.082.626/0001-19	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
ATILANO DE OMS SOBRINHO					
000.848.409-00	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023	
65.590	33,333	0	0,000	65.590	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Jauneval de Oms					
021.617.377-91	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023	
65.590	33,333	0	0,000	65.590	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INSA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA				77.082.626/0001-19		
MARIO CELSO PETRÁGLIA						
003.055.459-49	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023		
65.590	33,333	0	0,000	65.590	33,333	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
196.770	100,000	0	0,000	196.770	100,000	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TARADELL PARTICIPAÇÕES S.A.				06.024.115/0001-00		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
ESPÓLIO - CARMEM LUIZA IWERSEN DE OMS						
258.667.299-20	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023		
529.707	49,765	0	0,000	529.707	49,765	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Jauneval de Oms						
021.617.377-91	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023		
534.707	50,235	0	0,000	534.707	50,235	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TARADELL PARTICIPAÇÕES S.A.				06.024.115/0001-00		
1.064.414	100,000	0	0,000	1.064.414	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	15/05/2023
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	0
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	24.059.043	100,000%
Quantidade preferenciais	12.627.232	100,000%
Total	36.686.275	100,000%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.	02.677.174/0001-19	47,070000
ENISA - INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA S.A.	44.140.855/0001-93	100,000000
IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.	29.918.943/0008-56	100,000000
INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.	02.258.422/0001-97	100,000000
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A.	15.917.064/0001-29	100,000000
PENTA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA	05.408.684/0001-89	100,000000

6.6 Outras informações relevantes

Informações relevantes já foram abordadas nos itens anteriores.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome: Andre de Oms **CPF:** 023.289.579-19 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 19/01/1978

Experiência Profissional: Iniciou a sua carreira em janeiro de 2001 como Diretor Administrativo da Empresa RJA Produções Comunicações Artísticas Ltda, onde permaneceu até julho de 2006. Em agosto de 2006 assumiu como Administrador do Auto Posto OMS Ltda, onde permaneceu até janeiro de 2020. Em março de 2020 assumiu a administração do Auto Posto da Glória Ltda, permanecendo até julho de 2020. Em 31 de outubro de 2019 foi nomeado Diretor Administrativo e Financeiro da empresa Taradel Participações S/A. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	02 anos	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Sim	29/04/2022

Nome: AUGUSTO ARAÚJO DE OMS **CPF:** 043.463.709-26 **Profissão:** ADMINISTRADOR **Data de Nascimento:** 19/08/2002

Experiência Profissional: Graduado em Administração - Bacharelado - Habilitação em Gestão de Negócios pela Universidade Tuiuti do Paraná. Iniciou sua carreira no ano de 2002 como Administrador de Canais de venda no Onda - Provedor de Serviços S/A. Em abril de 2004, ingressou na IESA Projetos Equipamentos e Montagens S/A como Analista Jr.. Em 2009 trabalhou como Gerente Adjunto na Envirobras Tecnologia Ambiental S/A. A partir de outubro de 2014 trabalha nas empresas Inepar S/A Indústria e Construções e Inepar Capacitores S/A com o cargo de Coordenador Administrativo.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/05/2023	Encerrar-se quando da AGO que aprovar as contas do exercício de 31.12.2023	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/05/2023	Sim	02/05/2023

Nome: CARLOS ALBERTO DEL CLARO GLOGER **CPF:** 000.245.709-15 **Profissão:** ENGENHEIRO QUÍMICO **Data de Nascimento:** 05/06/1940

Experiência Profissional: ATIVIDADE PROFISSIONAL Foi Professor Titular de Tecnologia da Madeira na Escola de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná, até 1996 Foi técnico em Desenvolvimento do Banco Regional de Desenvolvimento do extremo sul –BRDE, no período de 1965 a 1995, tendo exercido as funções de analista chefe da Agência de Curitiba e superintendente da agência BRDE no Paraná. Atualmente é Diretor Executivo do instituto de promoção do desenvolvimento – IPD e Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Brasileiro de qualidade e produtividade IBQPÉ. Conselheiro do Conselho de Administração da Inepar S/A Indústria e Construções desde 19 maio de 1987 Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	02 anos	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Sim	29/04/2022

Nome: CYRO LOPES DE ARAUJO JUNIOR **CPF:** 023.249.049-00 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 10/02/1978

Experiência Profissional: brasileiro, casado, Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná – FESP no ano de 2005, registrado do Conselho Regional de Contabilidade sob o número PR-050773/O-9, portador da cédula de identidade RG n.º 7.032.289- 7-SSP-PR e do CPF 023.249.049-00, residente e domiciliado na Rua Cascavel, 1023 Apto 43 – Boqueirão Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81750-090. Possui mais de 20 anos de experiência nas áreas contábil e de auditoria, desde o ano de 2010 é sócio da Alpha Auditores Independentes assumindo a função pelos trabalhos, tendo como atividades o planejamento e execução, revisão de controles internos, bases de cálculo de impostos, e demonstrações contábeis com vistas a emissão de relatório de auditoria independente. Experiência de trabalhos realizados em sociedades anônimas de capital aberto e fechado, operadora de planos de saúde, entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, entidades sem fins lucrativos e sociedades empresárias de médio porte. Desde o ano de 2016 é responsável técnico junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Banco Central do Brasil – Bacen.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	02/05/2023	1 ANO - Até AGO que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31/12/2023.	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	02/05/2023	Sim	02/05/2023

Nome: GERSON LUIS CASARA **CPF:** 572.194.949-04 **Profissão:** Bacharel em Ciências Contábeis **Data de Nascimento:** 25/09/1966

Experiência Profissional: Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná, com registro no CRC/PR-027.523/O-7, Pós-graduado em Finanças pela FAE em Curitiba/PR, MBA em Gestão Empresarial pela FGV-RJ, além de diversos cursos de atualização, como IFRS, normas contábeis brasileiras, impostos federais e gestão de liderança. Possui mais de 30 anos de experiência em indústrias nacionais e multinacionais dos segmentos de construção civil, varejo, automotivo, produtos eletrônicos e medidores de energia, serviços de telecomunicações exercendo a gestão das áreas contábeis, financeira, tributos, custos, controladoria e auditoria interna; realizando reestruturações e ações estratégicas para o crescimento e maior lucratividade dos negócios. Foi membro e Presidente do Conselho fiscal do CEBDS – Conselho de Empreendedorismo Brasileiro do Desenvolvimento Sustentável no período de 2011 a 2014. Foi um dos sócios fundadores da empresa Casara, Costenaro Assessoria Contábil S/S Ltda em novembro de 2015, atuando como sócio administrador desde o início até o momento.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	02/05/2023	1 ANO - Até AGO que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31/12/2023.	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	02/05/2023	Sim	02/05/2023

Nome: IRAJÁ GALLIANO ANDRADE **CPF:** 139.478.939-49 **Profissão:** ECONOMISTA **Data de Nascimento:** 25/12/1953

Experiência Profissional: INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Grupo empresarial voltado a indústria, construções, montagens e provimento de soluções integradas nas áreas de energia e telecomunicações. Faturamento anual (2002) R\$ 660 milhões. Atualmente é Diretor Administrativo Financeira na empresa IESA ÓLEO E GÁS S/A atuou de 11/05/2001 a 15/09/2004 como Diretor Executivo da empresa Inepar S/A Indústria e Construções Gerente Financeiro – responsável pela captação de recursos financeiros junto a instituições financeiras, de crédito, agências de fomento e gestão de fluxo de caixa, coordenação de projetos para levantamento de recursos do BNDES, FINEP, FINAME, IFC e outros. 1992 a 1997 atuou como suplente do Sr. Ademir Pautasso Nunes de 11/05/2001 à 06/08/2001 no Conselho de Administração da empresa Inepar S/A Indústria e Construções, quando passou a ser membro efetivo em decorrência da renúncia do respectivo titular, até a presente data. ECOBRAS – EMPRESA CONSTRUTORA BRASILEIRA LTDA. – Empresa de construção civil voltada a obras de infra-estrutura na área de saneamento básico. Faturamento anual US\$ 90 milhões Diretor e Administração e Finanças – responsável pela gestão financeira e administrativa da empresa, relacionamento com instituições financeiras, coordenação das gestões de recursos humanos, suprimentos, serviços gerais e contabilidade. 1988 a 1991 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR – concessionária para o estado do Paraná de serviços públicos de abastecimento de água e coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários. Faturamento anual US\$ 400 milhões. 1969 a 1988 Superintendente de Planejamento Empresarial – responsável pela definição da política tarifária da empresa, coordenação do orçamento anual, coordenação do estudo de viabilidade global da empresa para um horizonte de cinco anos, coordenação da captação de recursos para investimento junto ao Banco Nacional da Habitação / Caixa Econômica Federal, coordenação do conjunto de normas e procedimentos empresariais. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/05/2022	03 anos	39 - Outros Conselheiros / Diretores	27/05/2022	Sim	27/05/2022

Nome: JOÃO ALVES DE MIRANDA REIS **CPF:** 002.337.739-91 **Profissão:** ECONOMISTA **Data de Nascimento:** 02/05/1942

Experiência Profissional: 1963 -Técnico em Contabilidade– Conselheiro Lafaiete (MG). 1972 – Ciências Econômicas – Universidade Federal do Paraná. 1977 -Administração de Empresas - Faculdade De Plácido e Silva – Curitiba. Atuação profissional: Membro do Conselho Fiscal da Inepar Energia no exercício de 2007. De 1992 a 2003 FUNDAÇÃO INEPAR - Implantação e Gerência Administrativo-Financeira. De 1991 a 1992 – gerencia administrativo financeira na NET CURITIBA – TV a Cabo. De 1975 a 1991 técnico em desenvolvimento no BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., sendo que de 1979 à 1991 na área operacional análise e implantação de projetos. De 1989 à 1990 exerceu presidência do conselho fiscal do PARSE e CIPA do mesmo órgão. De 1971 a 1975 Grupo Safra – Banco comercial como analista de credito cadastro e recursos humanos. De 1962 a 1971 - Banco Mercantil do Brasil como Administrativo /Procurador / Tesoureiro/Assistente Diretor. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	02/05/2023	1 ANO - Até AGO que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31/12/2023.	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	02/05/2023	Sim	02/05/2023

Nome: JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JUNIOR **CPF:** 165.084.244-91 **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 31/05/1956

Experiência Profissional: brasileiro, casado, engenheiro civil formado pela Universidade Federal Pernambuco com pós-graduação (MBA) na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), portador da carteira de identidade RG nº 1.162.714 SSP/PE e inscrito CPF/MF sob nº 165.084.244-91, residente e domiciliado na Av. das Constalações, 385, p.6, apto. 42, bairro Vale dos Cristais, Cep 34008-050, em Nova Lima, Estado de Minas Gerais. Atuou durante 35 anos na Construtora Norberto Odebrecht S.A., desde estágio em 1977 até 2011 no cargo de Diretor Superintendente da Odebrecht Energia onde galgou todos os cargos de executivo da empresa. Trabalhou em Guayaquil – Equador durante 1 ano no projeto Chongón-Cerecita. Ações junto ao Governo da Bolívia para desenvolvimento das UHE's Santo Antonio e Jirau entre 2003 a 2006. Supervisão de filial da GPO em Lima – Peru entre 2011 a 2013. Atuação junto a diversas empresas privadas dos setores de energia (geração e transmissão), construção pesada e industrial na estruturação de negócios. Atuação no mercado de M&A de PCH's, UHE's, UFV's e parques eólicos. Relacionamento comercial com empresas internacionais interessadas em entrar no mercado de energia do Brasil. Conselheiro da Construtora Quebec S.A. durante 5 anos. Atualmente é sócio Diretor Executivo da empresa BH Energy Participações e Empreendimentos Ltda.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	02 anos	29 - Outros Conselheiros	29/04/2022	Sim	29/04/2022

Nome: JOSÉ LUIZ BUSSOLARI **CPF:** 096.728.507-00 **Profissão:** CONTADOR **Data de Nascimento:** 05/09/1947

Experiência Profissional: Bacharel em Ciências Contábeis pelo Instituto cultural Newton de Paiva Ferreira em Belo Horizonte, Minas Gerais, registro CRC-ES-T-MG 1.909. Iniciou sua carreira no ano de 1969 na Companhia Internacional da Engenharia - IESA, sendo posteriormente contratado pela Morrison-Knudsen Engenharia S.A. no período de 1969 a 1992. Após foi contratado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e IESA Óleo & Gás, tendo inclusive ocupado o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da empresa de capital aberto Inepar Energia S.A., no período de 27/04/2000 a 01/09/2004. Atualmente atua como consultor independente. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	02/05/2023	1 ANO - Até AGO que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31/12/2023.	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	02/05/2023	Sim	02/05/2023

Nome: MANACESAR LOPES DOS SANTOS **CPF:** 747.439.029-91 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 10/06/1972

Experiência Profissional: brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade RG nº 5.524.282-8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 747.439.029-91, residente e domiciliado na Rua Acyr Guimarães nº 195, apto. 73, bairro Água Verde, CEP: 80410-180, em Curitiba, Estado do Paraná. Permanecendo vago o cargo de Diretor Comercial até ulterior deliberação.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	27/05/2022	03 anos	12 - Diretor de Relações com Investidores	27/05/2022	Sim	27/05/2022

Nome: RICARDO DE AQUINO FILHO **CPF:** 033.771.777-01 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 25/01/1972

Experiência Profissional: Brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade n. 63.963.052-2 e inscrito no CPF n. 033.771.777-01, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Fabio Lopes dos Santos Luz, 287, Vila Andrade, CEP 05.717-230. Histórico Profissional: Grupo Ipiranga onde começou como Estagiário e chegou a Analista Financeiro Pleno; Grupo MCI / Worldcom - Embratel S.A., trabalhou no período de 2000 a 2003 como Especialista Econômico Financeiro Sênior; Grupo Lafarge - Cimento Mauá S.A., atuou como Especialista de Planejamento Estratégico Sênior no período de 2003 a 2005; Grupo Camargo Corrêa - Engenharia & Construção (E&C), atuou como Líder de Desenvolvimento de Negócios / Project Finance - Brasil, América do Sul e África no período de 2005 a 2017; Diretor associado na Thoreos Consultoria - Estruturação de Negócios de Infraestrutura (03/2018 - até o momento); Powerchina Brasil Construtora - Engenharia & Construção (E&C) onde atua como Consultor e Líder Comercial e Desenvolvimento de Negócios de 07/2018 até o momento. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	27/05/2022	03 anos	10 - Diretor Presidente / Superintendente	27/05/2022	Não	27/05/2022

Nome: RODOLFO ANDRIANI **CPF:** 830.006.909-72 **Profissão:** INDUSTRIAL **Data de Nascimento:** 21/12/1944

Experiência Profissional: italiano, separado judicialmente, industrial, portador do R.N.E. nº V 133672-X e inscrito no CPF/MF sob nº 830 006 909-72, residente e domiciliado na Rua Deputado Alencar Furtado, 1819, ap. 1102 Mossunguê, 81200-110, em Curitiba, Estado do Paraná. Formado em Graduação em Engenharia Elétrica – Itália - HISTÓRICO PROFISSIONAL - Empresa: Brown Boveri S.A. – SP-Cargo: Dep. Centrais e Subestações-Período: Jul. 1966 - Dez.1967 - Empresa: Marini & Daminelli Ltda. - SP Cargo: Gerente Comercial - Período: Jan. 1968 - Set. 1969 - Empresa: Spig S.A. – SP -Cargo: Gerente Comercial - Período Set. 1969 - Dez. 1971 -Empresa: Inepar S.A. – CWB -Cargo: Diretor Comercial Período: Jan. 1972 - Dez. 1982 - Empresa: Ansaldo Coemsa S.A. – SP -Cargo: Diretor Marketing - Período: Jan. 1983 - Jul. 1986 - Empresa: Sirius S.R.L. Import / Export – Itália -Cargo: Diretor -oprietário Período: Jul. 1986 - Dez. 1991 -Empresa: Inepar Trading S/A -Cargo: Diretor Geral -Período: Jan. 1992 – 1997 - Empresa: Inepar Energia S/A - Cargo: Presidente - Empresa: IESA Projetos Equipamentos e Montagens S/A - Cargo: Diretor Comercial

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	02 anos	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Sim	29/04/2022

Nome: Rubens Gerigk **CPF:** 610.072.779-04 **Profissão:** CONTADOR **Data de Nascimento:** 16/07/1966

Experiência Profissional: Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Santa Cruz, registro no CRC/PR 048721/O-05. Iniciou sua carreira no ano de 1983 na Inepar S.A. Indústria e Construções, tendo conhecimentos das rotinas contábeis, como elaboração e análise de balanços, fiscal, auditoria, recursos humanos, investimentos, imobilizado, diferido ativo permanente. Também é membro do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT. Concluiu diversos cursos de aperfeiçoamento em ICMS/IPI/PIS/COFINS, sendo pós graduando em Auditoria e Finanças pela Faculdade Santa Cruz. Atualmente atua como sócio administrador na empresa Masters Assessoria Contábil Ltda. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	02/05/2023	1 ANO - Até AGO que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31/12/2023.	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	02/05/2023	Sim	02/05/2023

Nome: SERGIO TOMAZ CRESTANI **CPF:** 026.608.739-68 **Profissão:** TÉCNICO EM CONTABILIDADE **Data de Nascimento:** 08/08/1951

Experiência Profissional: Desde janeiro de 1997 responde pela diretoria operacional da empresa ALPHA Auditores Independentes cuja carteira multidisciplinar contempla atuação nos segmentos de Indústria e Comércio, Cooperativas Agrícolas e de Saúde, Financeira, Saúde, Terceiro Setor. Foi membro do Conselho Fiscal da Inepar Energia S.A. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	02/05/2023	1 ANO - Até AGO que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31/12/2023.	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	02/05/2023	Sim	02/05/2023

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros comites.

7.5 Relações familiares

Documento ainda não preenchido!

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação de subordinados.

7.7 Acordos/seguros de administradores

Não se aplica.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, conforme aplicável, abordando os seguintes aspectos:

Remuneração dos administradores:

A remuneração dos administradores leva em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. A Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial é uma Companhia de grande complexidade e porte o que requer, para sua administração, um profundo conhecimento dos seus negócios e do seu mercado, além de uma dedicação ilimitada, devendo reter e engajar os profissionais ocupantes de posições essenciais. Desta forma, o principal fator de remuneração, e que ao mesmo tempo se constitui no principal objetivo da política de remuneração adotada, é o desempenho e a evolução da Companhia, conforme planejamento estratégico estabelecido, tanto no curto como no médio e no longo prazo e de modo alinhado com o retorno aos acionistas. Assim, prioritariamente, a política de remuneração serve ao negócio da Companhia. Desta feita, os valores pagos ou creditados, mensalmente, aos administradores da Companhia, a título de remuneração (retiradas *pró-labore*), são fixados em correspondência à efetiva prestação de serviços, limitados a remuneração global anual fixada em Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria será fixada pela Assembleia geral.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

Para os membros titulares do Conselho de Administração a remuneração considera, exclusivamente, o pagamento de uma parcela fixa mensal (honorários) com limite máximo anual aprovado em Assembleia Geral. A definição dos valores é alinhada com a prática de mercado. A remuneração fixa contratada tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia. O valor anual global da remuneração dos administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, e dos membros do Conselho Fiscal é fixado na Assembleia geral ordinária e distribuído pelo Conselho de Administração.

8.1 Política ou prática de remuneração

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa

Parcela fixa mensal, definida a partir da prática do mercado competidor, com limite máximo anual aprovado em Assembleia Geral. A remuneração fixa contratada tem o objetivo de remunerar os serviços dos diretores estatutários dentro do escopo de responsabilidade atribuído a cada um na gestão da Companhia.

Diretoria Não Estatutária

Não aplicável.

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa

Também para os membros do Conselho Fiscal a remuneração considera apenas o pagamento de uma parcela fixa mensal (honorários), com valor mínimo previsto no parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei 6.404/76, tendo como referência o valor da remuneração atribuída aos Diretores Executivos, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Além da remuneração, os membros em exercício do Conselho Fiscal têm direito ao reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções. Os membros suplentes somente são remunerados nos casos em que exercem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular. A remuneração fixa contratada tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia. O reajuste da remuneração do Conselho Fiscal é realizado em função do reajuste da remuneração dos Diretores Executivos.

b. Composição da remuneração, indicando.

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração/ Diretoria Estatutária/ Diretoria não Estatutária

- Salários ou pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a Contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;
- Benefícios diretos e indiretos – correspondem benefícios diversos tais como seguro de vida em grupo e plano de saúde (somente para a Diretoria) tendo como objetivo

8.1 Política ou prática de remuneração

dar melhores condições de qualidade de vida, trazendo como consequência uma satisfação na busca pelos resultados da organização.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

No caso do Conselho Fiscal a remuneração é fixa e igual para cada membro do conselho.

Quanto a Diretoria Estatutária, somente o Diretor Presidente recebe a remuneração integral (fixa), enquanto os demais diretores recebem uma remuneração simbólica de um salário mínimo.

Apresentamos abaixo quadros para os 3 últimos exercícios contendo a proporção de cada elemento na remuneração total para os 3 órgãos:

PROPORÇÃO DE CADA ITEM NA REMUNERAÇÃO - 2020			
ELEMENTOS DE REMUNERAÇÃO 1	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORES ESTATUTÁRIOS	CONSELHO FISCAL
Nº de membros	5	2	3
Remuneração fixa anual	100,00%	100,00%	100,00%
Salário ou pró-labore	100,00%	77,16%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos		22,84%	
Remuneração Variável			
Total de Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Os valores acima não contemplam INSS e demais encargos incorridos pela Companhia

PROPORÇÃO DE CADA ITEM NA REMUNERAÇÃO - 2021			
ELEMENTOS DE REMUNERAÇÃO 1	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORES ESTATUTÁRIOS	CONSELHO FISCAL
Nº de membros	4	3	3
Remuneração fixa anual	100,00%	100,00%	100,00%
Salário ou pró-labore	66,48%	96,16%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos	33,52%	3,84%	
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Total de Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Os valores acima não contemplam INSS e demais encargos incorridos pela Companhia

PROPORÇÃO DE CADA ITEM NA REMUNERAÇÃO - 2022			
ELEMENTOS DE REMUNERAÇÃO 1	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORES ESTATUTÁRIOS	CONSELHO FISCAL
Nº de membros	5	3	3
Remuneração fixa anual	100,00%	100,00%	100,00%
Salário ou pró-labore	100,00%	87,42%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	12,58%	0,00%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Total de Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

8.1 Política ou prática de remuneração

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

O reajuste da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal é definido pela Assembleia. A Assembleia de acionistas não definiu metodologias de cálculo e de reajuste para cada elemento da remuneração que decidir fixar.

A remuneração da diretoria estatutária é regida pelos padrões da convenção coletiva da categoria preponderante da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, sua senioridade, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Não aplicável.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

A estratégia de remuneração fixa da Diretoria Estatutária da Companhia é baseada em práticas de mercado, o que permite a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

A remuneração dos diretores, com exceção do Diretor Presidente e do Diretor de RI, são suportadas pelas subsidiárias.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da

8.1 Política ou prática de remuneração

Companhia.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	101.210,42	725.034,80	129.368,88	955.614,10
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	104.315,40	0,00	104.315,40
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	101.210,42	829.350,20	129.368,88	1.059.929,50

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	101.210,42	690.509,33	129.368,88	921.088,63
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	99.348,00	0,00	99.348,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	101.210,42	789.857,33	129.368,88	1.020.436,63

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	298.427,42	1.981.544,88	121.221,40	2.401.193,70
Benefícios direto e indireto	150.470,13	78.511,92	0,00	228.982,05
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	448.897,55	2.060.056,80	121.221,40	2.630.175,75

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	5,00	13,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00	5,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	545.950,89	34.426,00	173.865,76	754.242,65
Benefícios direto e indireto	161.651,27	0,00	0,00	161.651,27
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	707.602,16	34.426,00	173.865,76	915.893,92

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. termos e condições gerais

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

b. principais objetivos do plano

Não aplicável.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável.

d. como o plano se insere na política de nossa remuneração

Não aplicável.

e. como o plano alinha os nossos interesses e os dos administradores a curto, médio e longo prazo

Não aplicável.

f. número máximo de ações abrangidas

Não aplicável.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

h. condições de aquisição de ações

Não aplicável.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

j. critérios para fixação do prazo de exercício,

Não aplicável.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações**k. forma de liquidação**

Não aplicável.

l. restrições à transferência das ações

Não aplicável.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável.

n. efeitos da saída do administrador dos nossos órgãos sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Não se aplica.

8.7 Opções em aberto

8.7 Opções em aberto

Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

8.10 Outorga de ações

8.10 Outorga de ações

Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável em razão da Companhia não possuir outorga de ações.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 Precificação das ações/opções

Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 – tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não aplicável.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 Participações detidas por órgão

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, por nós emitidos, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Acionistas	Ações ON da		Ações PN da	
	Companhia	% Total	Companhial	% Total
Conselho de Administração	3600	0,0001	0	0
Diretoria	200	0,0001	0	0
Conselho Fiscal	0	0	20	0,000001
Total	3800	0,0002		0,000001

8.14 Planos de previdência

8.14 Planos de previdência

Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários:

Não aplicável.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	3,00	3,00	2,00	5,00	4,00	6,00	3,00	3,00	5,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	2,00	5,00	4,00	6,00	3,00	3,00	5,00
Valor da maior remuneraçãoReal	650.400,00	24.936,00	24.936,00	43.119,84	392.364,00	392.364,00	43.119,84	37.935,48	37.935,48
Valor da menor remuneraçãoReal	14.544,00	12.540,00	12.540,00	145,44	12.540,00	12.540,00	43.119,84	12.540,00	12.540,00
Valor médio da remuneraçãoReal	332.472,00	18.738,00	18.738,00	28.831,92	202.452,00	202.452,00	43.119,84	25.237,74	25.237,74

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a companhia).

Não há apólices de seguro contratadas que estruturem instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

O quadro abaixo detalha o percentual de remuneração por órgão que são partes relacionadas

Órgão	2022	2021	2020
Conselho Administrativo	0,00%	0,00%	0,00%
Diretoria Estatutária	100,00%	100,00%	100,00%

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 Remuneração - Outras funções

Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, recebido por qualquer razão que não a função que ocupam.

Não aplicável.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**

Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores diretos e indiretos, de sociedades com controle comum e de controladas da Companhia.

2020	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores Diretos e Ind	545.950,89	34.426,00	173.719,67
Controladas do Emissor	37.602,00	2.126.910,94	
Soc. Sob Controle Comum	-	-	-
Total Remuneração	583.552,89	2.161.336,94	173.719,67

2021	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores Diretos e Ind	488.903,55	2.060.056,80	121.221,40
Controladas do Emissor	339.292,70	2.450.713,24	
Soc. Sob Controle Comum	-	-	-
Total Remuneração	788.196,25	4.510.770,04	121.221,40

2022	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores Diretos e Ind	101.210,42	690.509,33	129.368,88
Controladas do Emissor	533.213,51	1.811.646,26	-
Soc. Sob Controle Comum	-	-	-
Total Remuneração	634.423,93	2.502.155,59	129.368,88

8.20 Outras informações relevantes

8.20 Outras informações relevantes

Outras informações relevantes

Informações relevantes já abordadas nos itens anteriores.

9.1 / 9.2 Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	447-2		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Martinelli Auditores		
CPF/CNPJ	79.370.466/0001-39		
Período de prestação de serviço	23/02/2004		
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DEMONSTRAÇÕES TRIMESTRAIS DO EXERCÍCIO DE 2011 - R\$ 47.027,59		
Justificativa da substituição	RODÍZIO CONFORME INSTRUÇÃO CVM 308/99		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço

Possui auditor?	SIM
Código CVM	682-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BAKER TILLY BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	67.634.717/0001-66
Período de prestação de serviço	01/04/2012
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos serviços de auditoria externa está fixada em R\$ 7.068,29 mensais. O contrato é reajustado anualmente pelo IGPM.
Justificativa da substituição	rodizio obrigatorio por lei
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
--------------------------	---------------------------------	-----	----------

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1187-8
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	RSM BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES
CPF/CNPJ	16.549.480/0001-84
Período de prestação de serviço	01/01/2017
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Serviços de auditoria externa nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019 e Demonstrações Trimestrais do exercício de 2019 - R\$ 144.000,00.
Justificativa da substituição	Rodízio conforme Instrução CVM 308/99.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
--------------------------	---------------------------------	-----	----------

Possui auditor?	SIM
Código CVM	447-2
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Martinelli Auditores
CPF/CNPJ	79.370.466/0001-39
Período de prestação de serviço	01/01/2020
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Serviços de auditoria externa na Demonstração Trimestral de 31 de março de 2020 - R\$ 13.000,00
Justificativa da substituição	MUDANÇA DEVIDO A CIRCUNSTÂNCIAS COMERCIAIS
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
--------------------------	---------------------------------	-----	----------

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1085-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BLB AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	06.096.033/0001-63
Período de prestação de serviço	23/09/2020
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAL E TRIMESTRAIS DO ANO DE 2020 - R\$ 300.000,00
Justificativa da substituição	PEDIDO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE SERVIÇOS POR PARTE DOS AUDITORES.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
--------------------------	---------------------------------	-----	----------

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1142-8
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	MULLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	12.018.605/0001-99
Período de prestação de serviço	15/09/2021
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral a partir do terceiro ITR de 2021 até exercício de 2022 no valor de R\$ 322.937,20.
Justificativa da substituição	A referida mudança de auditores independentes é em decorrência de aspectos estritamente comerciais, em nada relacionados com a qualidade dos serviços prestados por esses auditores.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
--------------------------	---------------------------------	-----	----------

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Os resultados da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial foram auditados, pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. Para eliminar o risco de conflito de interesses, a Inepar S/A, mantém uma política onde o auditor não pode avaliar seu próprio trabalho. Portanto no exercício de 2021 o auditor externo não prestou nenhum outro tipo de serviço a esta Companhia.

9.4 Outras informações relevantes

Não se aplica.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
TOTAL = 0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
TOTAL = 0	0	0	0

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 Descrição dos recursos humanos

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Empresa	2020	2021	2022
lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	165	158	271
lesa Óleo & Gás S.A.	105	87	95
Inepar S.A. Indústria e Construções	152	191	81
	422	436	447

Nota: As informações acima do número de empregados é abrangente e envolve as coligadas e controladas. Nestes números incluem-se os funcionários afastados por diversos motivos, sem pagamento de salários.

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Não se aplica

c. Índice de rotatividade

Não se aplica

d. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A empresa não possui nenhuma situação trabalhista que possa gerar um passivo impactante em seu resultado.

10.2 Alterações relevantes

10.2 Alterações relevantes

Tendo em vista o pedido de recuperação judicial, a partir de 2014 e o cancelamento de diversos contratos geraram redução do efetivo

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Políticas de remuneração

a. Política de salários e remuneração variável

Não se aplica

b. Política de benefícios

Todos os colaboradores possuem acesso aos seguintes benefícios:

- Assistência médica: desde 1993 todos os colaboradores são elegíveis ao plano de saúde, a inclusão no plano é opcional e extensiva aos familiares.
- Consultório médico nas instalações da empresa, e diariamente 2 médicos estão disponíveis para o atendimento de nossos colaboradores, além de 4 técnicos de enfermagem, 1 fisioterapeuta e 1 enfermeira do trabalho, o ambulatório funciona 24 horas por dia de segunda a sábado.
- Seguro de vida: todos os funcionários são elegíveis ao benefício, o plano não é opcional.
- Atendimento psicológico / assistencial: A área de serviço social conta com 2 profissionais disponíveis para atendimentos.
- Subsídio para a formação educacional: Com o programa Quero-Quero Aprender, os colaboradores podem receber uma bolsa de estudos para a conquista da primeira graduação ou pós graduação. O colaborador deve estar vinculado à empresa há 1 ano e as bolsas variam de acordo com as faixas salariais (inversamente proporcionais). O subsídio varia de 20 a 30%.
- O compromisso da empresa com a educação se estende aos filhos dos colaboradores, ou seja, é uma forma de abranger a comunidade, contribuindo para a diminuição do problema da educação no país. Com o programa, os filhos dos colaboradores podem receber bolsa de estudos desde a pré-escola até a universidade (inclusive pré-vestibular), tendo como requisitos a aprovação do aluno e o vínculo de um ano do colaborador na empresa, assim como critérios de idade dos dependentes. As bolsas variam de acordo com as faixas salariais (inversamente proporcionais) e tempo de empresa (diretamente proporcionais).

c. Planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

Não se aplica

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 Regras, políticas e práticas

Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

As transações com partes relacionadas à Companhia são sempre realizadas a valores e prazos usuais de mercado, não gerando benefício ou prejuízo a quaisquer das partes envolvidas. Os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam.

A Lei das S.A. (Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada) proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Adicionalmente, a Lei determina que o acionista ou administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da empresa.

Em observância à regulamentação do Nível 1 de Governança Corporativa, a Companhia divulga trimestralmente informações discriminando o objeto dos contratos, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência dos contratos sobre a administração ou a condução dos negócios da Companhia.

11.2 Transações com partes relacionadas

Documento ainda não preenchido!

11.3 Outras informações relevantes

Informações relevantes já foram abordadas nos itens anteriores.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
15/05/2023		496.796.687,91	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
24.059.043	12.627.232	36.686.275	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/03/2023		496.796.687,91	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
120.295.218	63.136.160	183.431.378	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
14/12/2022		495.460.382,91	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
119.917.580	63.136.160	183.053.740	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
27/09/2022		488.681.642,91	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
118.001.912	63.136.160	181.138.072	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
27/05/2022		476.040.948,91	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
114.429.660	63.136.160	177.565.820	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
11/01/2022		463.826.251,91	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
110.977.795	63.136.160	174.113.955	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/10/2021		437.530.035,91	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
103.546.495	63.136.160	166.682.655	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
21/07/2021		432.641.201,91	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
102.164.920	63.136.160	165.301.080	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
07/05/2021		432.641.201,91	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
5.108.246	3.156.808	8.265.054	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/03/2021		429.683.558,91	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
5.066.447	3.156.808	8.223.255	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
13/11/2020		429.210.978,91	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
5.059.771	3.156.808	8.216.579	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
31/01/2020		429.095.588,91	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
5.047.172	3.156.808	8.203.980	

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
12/08/2019		412.484.300,91	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
4.812.385	3.156.808	7.969.193	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
01/07/2019		409.319.027,42	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
4.414.119	3.156.808	7.570.927	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
28/03/2019		408.847.036,42	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
4.328.531	3.156.808	7.485.339	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
22/02/2019		408.394.298,42	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
4.321.633	3.156.808	7.478.441	

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
18/12/2018		408.310.871,42	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
4.320.459	3.156.808	7.477.267	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
18/12/2018		404.261.045,12	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
3.195.508	3.156.808	6.352.316	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
25/10/2018		408.236.359,42	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
4.319.410	3.156.808	7.476.218	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/04/2016		407.298.783,42	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
4.306.173	3.156.808	7.462.981	

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
28/12/2015		407.298.783,42
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
86.123.467	63.136.159	149.259.626

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não se aplica.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Data de emissão	27/07/2012
Data de vencimento	27/12/2028
Quantidade	15.000
Valor total R\$	150.000.000,00
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Documento ainda não preenchido!

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 Mercados de negociação no Brasil

Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações da Companhia são negociadas na Bovespa (B3), sob os códigos INEP3 e INEP4.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Documento ainda não preenchido!

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Outras características relevantes para ações Ordinárias

A Companhia aderiu ao Nível 1 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. Adicionalmente, a Companhia assumiu, de forma voluntária, um conjunto de práticas adicionais ao Regulamento do Nível 1, incorporadas ao nosso Estatuto Social que incluem, dentre outros direitos, a concessão, às ações ordinárias, do direito de recebimento de 100% do valor pago em caso de alienação do controle da Companhia (“tag-along”). Essas regras são decorrentes do Estatuto Social da Companhia, não tendo sido analisadas pela BM&FBOVESPA e, por tal razão, não são mandatórias conforme as obrigações assumidas pela Companhia perante a BM&FBOVESPA decorrentes da adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa, não existindo qualquer garantia de manutenção das mesmas no Estatuto Social.

Outras características relevantes para ações Preferenciais

A Companhia aderiu ao Nível 1 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. Adicionalmente, a Companhia assumiu, de forma voluntária, um conjunto de práticas adicionais ao Regulamento do Nível 1, incorporadas ao nosso Estatuto Social que incluem, dentre outros direitos, a concessão, às ações preferenciais, do direito de recebimento de 80% do valor pago em caso de alienação do controle da Companhia (“tag-along”), bem como o direito de voto às ações preferenciais nas circunstâncias estabelecidas no Estatuto. Essas regras são decorrentes do Estatuto Social da Companhia, não tendo sido analisadas pela BM&FBOVESPA e, por tal razão, não são mandatórias conforme as obrigações assumidas pela Companhia perante a BM&FBOVESPA decorrentes da adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa, não existindo qualquer garantia de manutenção das mesmas no Estatuto Social.

12.9 Outras informações relevantes

As informações relevantes foram descritas nos itens anteriores.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

RICARDO DE AQUINO FILHO

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

MANACESAR LOPES DOS SANTOS

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

13.1 Declaração do diretor presidente

Declaramos que revisamos o formulário de referência, que todas as informações contidas nesse formulário atendem ao disposto na instrução.

Ricardo de Aquino Filho

Diretor Presidente

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

Declaramos que revisamos o formulário de referência, que todas as informações contidas nesse formulário atendem ao disposto na instrução.

Manacesar Lopes dos Santos
Diretor de Relações com Investidores

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

Não se aplica